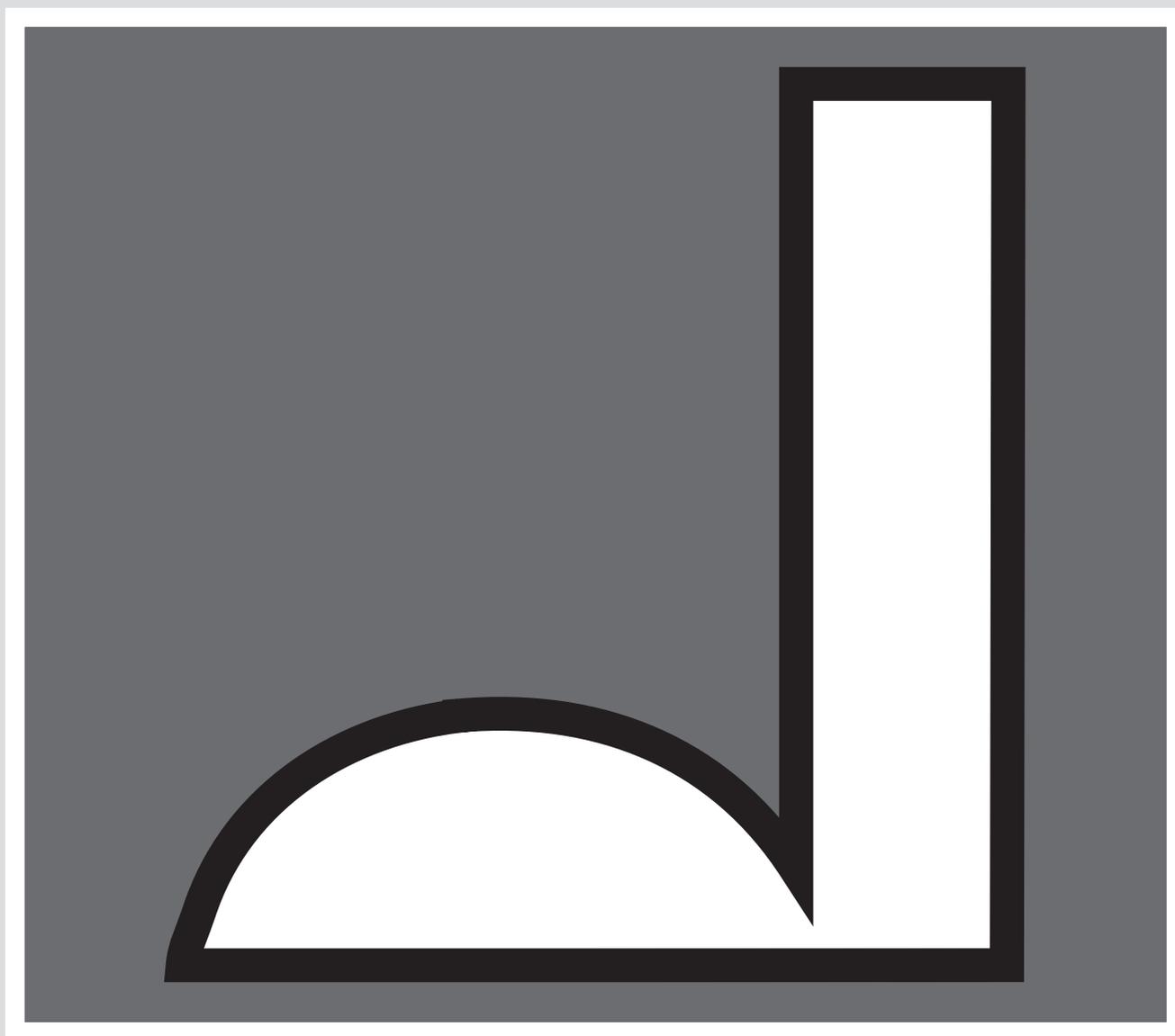




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 096 - TERÇA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC</p> <p>2º Vice-Presidente Alvaro Dias – PSDB-PR ⁽¹⁾</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB</p> <p>2º Secretário Gerson Camata – PMDB-ES</p>	<p>3º Secretário César Borges – PFL-BA</p> <p>4º Secretário Magno Malta – PR-ES</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP 2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE 3º - João Vicente Claudino – PTB-PI 4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA</p>
---	---

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
<p>LÍDER</p> <p>VICE-LÍDERES</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto</p>	<p>LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns</p> <p>LÍDER DO PTB – 5 Epitácio Cafeteira</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PR – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior</p> <p>LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares</p> <p>LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda</p> <p>LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella</p> <p>LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles</p>	<p>LÍDER Lúcia Vânia</p> <p>VICE-LÍDERES</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PFL – 17 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves</p> <p>LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias ⁽¹⁾ Marisa Serrano Cícero Lucena</p>
<p>Líder do PDT – 4 Jefferson Péres</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias</p>	<p>LÍDER DO P-SOL – 1</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino</p>

(1) O Senador Alvaro Dias licenciou-se do cargo a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

EXPEDIENTE

<p>Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
---	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 97ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 25 DE JUNHO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *PAULO PAIM* – Satisfação com o governo federal, pelo projeto de recuperação ambiental das bacias hidrográficas dos rios dos Sinos, Gravataí e Guaíba, no Rio Grande do Sul. Regozijo pela participação da cidade de Caxias do Sul no concurso Capital Brasileira da Cultura 2008, organizada pela ONG CBC em parceria com os Ministérios da Cultura e do Turismo e apoio da Unesco. 20682

SENADOR *GILVAM BORGES* – Análise do quadro econômico e comemoração do bom momento da economia vivido pelo país. 20690

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Apelo ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público Federal para investigação nos convênios entre a Fundação Universidade de Brasília e a ONG Uhiri para assistência aos índios lanomâmis em Roraima. 20692

SENADOR *MÃO SANTA* – Defesa da suspensão do recesso parlamentar de julho. Críticas ao governo Lula no que se refere às áreas da educação, saúde e segurança pública. 20694

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Comentários ao pronunciamento do Senador Mão Santa. Protesto contra a autorização pela Agência Nacional de Saúde (ANS), para venda ou transferência dos contratos das pequenas empresas de plenos de saúde a grandes grupos do setor. 20698

SENADOR *MARCO MACIEL* – Justificativas a homenagem de pesar pelo falecimento do Professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco Manuel Correia de Andrade, ocorrido no dia 22 de junho último, na cidade de Recife-PE. 20700

1.2.2 – Mensagem do Presidente da República

Nº 92, de 2007 (nº 404/2007, na origem), de 21 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Sr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República. 20702

1.2.3 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR *PAULO PAIM* – Apresentação de voto de aplauso ao Município de Canoas-RS. 20708

1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 743, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso ao município de Canoas-RS, em comemoração aos seus 68 anos. 20708

1.2.5 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO* – Solicita presença na indicação do relator do processo contra o Senador Renan Calheiros no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. 20710

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 10.840, de 11 de fevereiro de 2004, que “cria o Programa Especial de Habitação Popular – PEHP, e dá outras providências”. 20711

Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera os arts. 4º, 9º, 11 e 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com vistas a garantir atendimento médico e odontológico ao educando no ensino fundamental público, dispor sobre a incumbência da União na avaliação do ensino, prever a avaliação das escolas no âmbito municipal e assegurar licença periódica de capacitação para os profissionais da educação. 20711

Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2007, de autoria do Senador do Senador Valter Pereira, que denomina “Rodovia Ramez Tebet” o trecho da rodovia BR – 158 situado entre as cidades de Três Lagoas e de Cassilândia, no Estado de Mato Grosso do Sul. 20711

Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre o acesso a redes digitais de informação em estabelecimentos de ensino. 20711

Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2007, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para conferir prioridade de tramitação a processos de indenização em que se discutam danos ao cidadão, nas condições em que especifica. 20711

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. 20712

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2007 (nº 5.472/2005, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, regulando o uso de películas de proteção contra raios solares, e dá outras providências. 20712

Recebimento do Ofício nº 1.052/2007, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando Ofício da Assembléia Legislativa de Rondônia, e do Ofício nº 221/2007, do Presidente da Câmara Municipal de Sertãozinho, encaminhando manifestações sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003. 20712

1.2.7 – Avisos do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 795/2007, de 6 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.088, de 2007, proferido nos autos do processo TC 002.365/2004-3, com novas providências referentes ao Requerimento nº 253, de 1997, do Senador Pedro Simon. 20712

Nº 970/2007, de 13 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.069, de 2007, proferido nos autos do processo TC 004.670/2007-3, referente ao Requerimento nº 604, de 2006, do Senador Antonio Carlos Magalhães. 20712

1.2.8 – Aviso do Presidente do Banco Central do Brasil

Nº 53/2007, de 6 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 414, de 2007, do Senador Adelmir Santana. 20712

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Srs. e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, dia 26, às

10 horas, destinada a comemorar o quadragésimo aniversário de criação da Suframa, de acordo com o Requerimento nº 635, de 2007, do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, e que, de acordo com o art. 200 do Regimento Interno e conforme comunicação feita na sessão de 3 de agosto de 2005, usarão da palavra os Líderes ou quem Suas Excelências indicarem. 20712

1.2.10 – Leitura de Projetos de Lei do Congresso Nacional

Nº 10, de 2007 (Mensagem nº 76, de 2007-CN, nº 371/2007, na origem), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 24.824,00 (vinte e quatro mil, oitocentos e vinte e quatro reais), para o fim que especifica. 20712

Nº 11, de 2007 (Mensagem nº 77, de 2007-CN, nº 386/2007, na origem), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para o fim que especifica. 20716

Nº 12, de 2007 (Mensagem nº 78, de 2007-CN, nº 387/2007, na origem), que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 261.932.386,00 (duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e trinta e dois mil, trezentos e oitenta e seis reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. ... 20721

Nº 13, de 2007 (Mensagem nº 79, de 2007-CN, nº 388/2007, na origem), que abre ao Orçamento de Investimento para 2007, em favor da Caixa Econômica Federal e da ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., crédito especial no valor total de R\$ 34.527.800,00 (trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e sete mil e oitocentos reais), para os fins que especifica. 20724

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 10 a 13, de 2007, lidos anteriormente, e estabelecimento de calendário para as suas tramitações. 20728

1.2.12 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007, de autoria do Edison Lobão, que regulamenta a profissão do Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis e Integrados (COR), cria o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONFECOR) e os Conselhos Regionais de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONCOR's) e dá outras providências. 20728

1.2.13 – Leitura de requerimento

Nº 744, de 2007, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manuel Correia de Andrade, ocorrido em Recife, dia 22 do corrente. 20732

1.2.14 – Ofício

S/nº, de 25 do corrente, do Senador Valter Pereira, solicitando o seu desligamento, como membro titular, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar..... 20733

1.2.15 – Mensagens do Presidente da República

Nº 93, de 2007 (nº 397/2007, na origem), de 20 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, sancionado e transformado na Lei nº 11.489, de 20 de junho de 2007..... 20733

Nº 94, de 2007 (nº 400/2007, na origem), de 20 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 355, de 2007), que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País, sancionado e transformado na Lei nº 11.492, de 20 de junho de 2007..... 20733

Nº 95, de 2007 (nº 401/2007, na origem), de 20 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2006 (nº 5.318/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria cargos e funções no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, sancionado e transformado na Lei nº 11.493, de 20 de junho de 2007..... 20733

Nº 96, de 2007 (nº 411/2007, na origem), de 20 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), que dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória, sancionado e transformado na Lei nº 11.495, de 22 de junho de 2007... 20733

1.2.16 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *PAULO PAIM* – Registro dos 78 anos do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Porte Alegre, comemorado no dia 12 de maio próximo passado. Registro do 2º aniversário da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST). Registro dos 50 anos do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Vacaria. Registro do 68º aniversário do Município de Canoas-RS. Registro da 15ª Feira Nacional do Doce (Fenadoce), de 29 de junho a 15 de julho, em Pelotas..... 20733

1.2.17 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, dia 26, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 20735

1.3 – ENCERRAMENTO**SENADO FEDERAL****2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA****3 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****8 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****9 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****10 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 97ª Sessão Não Deliberativa, Em 25 de junho de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Paulo Paim, Mão Santa e Marco Maciel

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, sem prejuízo da ordem de inscrição.

V. Exª terá 20 minutos para seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, Srªs e Srs. Senadores, quero falar hoje, da tribuna do Senado, sobre o meio ambiente e a luta, Senador Gilvam Borges, que travei e continuo travando no Rio Grande do Sul em defesa do rio dos Sinos, claro que com o apoio de todas as forças vivas daquele Estado, independentemente de Partido. Neste momento, quero elogiar o Governo Federal e demonstrar a minha satisfação pelos recursos que serão empregados na bacia do rio dos Sinos e do rio Gravataí, estendendo ao Guaíba, no nosso Rio Grande.

Confesso a V. Exªs que este assunto estava me afligindo há meses, mais exatamente desde o momento em que me engajei na luta para recuperar a bacia do rio dos Sinos.

Em 11 de outubro de 2006, subi nesta tribuna para me pronunciar sobre o grave acidente ambiental que atingiu o rio, provocando a morte de toneladas e toneladas de peixes. O acidente foi considerado o maior dos últimos 40 anos. A mortandade atingiu aproximadamente 15 quilômetros de extensão, formando um imenso lençol de peixes mortos, atingindo a região que se inicia nas proximidades da divisa de São Leopoldo com Sapucaia do Sul e seguindo em direção ao delta do Jacuí, passando por Canoas.

Na época, demonstrei a minha preocupação com a situação da população ribeirinha que vive da pesca e com o abastecimento de água dos Municípios que dependem do rio.

Com a intenção de reparar os danos e salvar a área degradada, apresentei, na Comissão de Infra-Estrutura, uma proposta de emenda ao Orçamento da União, PLOA nº 15/2006, no valor de R\$200 milhões, com a finalidade de alocar recursos para o programa de conservação da bacia do rio dos Sinos.

Apresentei também uma emenda na Comissão do Meio Ambiente, e, por entendimento entre os relatores das duas Comissões, Senador Papaléo, a emenda foi aprovada na Comissão de Meio de Ambiente do Senado no valor de R\$260 milhões – com a justificativa de que, do montante aprovado, R\$200 milhões seriam destinados à recuperação do rio dos Sinos.

Acontece que os recursos inicialmente propostos estavam alocados no Ministério do Meio Ambiente, porém foram parar na Agência Nacional de Águas, no Programa de Remoção de Cargas Poluidoras das Bacias Hidrográficas. Um programa, sem sombra de dúvida, importantíssimo, mas que, na nossa avaliação, não corresponde às necessidades dos Municípios da bacia do rio dos Sinos.

Ademais, o Relator Setorial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) realizou um corte no valor da proposta original. Na época, conversei muito com o Deputado Relator da Comissão Setorial e enfatizei a importância dos recursos para a bacia do rio dos Sinos.

Sabedor do volume de recursos necessários para as obras de recuperação, conversei com o Relator-Geral do Orçamento, Senador Valdir Raupp, sobre a necessidade de se aumentarem os valores até o momento levantados. Vale lembrar ainda que, na ocasião, o Senador Valdir Raupp, a meu convite, foi ao Rio Grande do Sul, e participamos de uma reunião na Assembléia Legislativa de Porto Alegre. Fomos também à Fiergs e depois nos reunimos com Parlamentares gaúchos, prefeitos e representações da região, ocasião em que o Senador Valdir Raupp tomou consciência da grave situação da bacia e se comprometeu também a trabalhar por recursos junto ao Orçamento para o rio dos Sinos.

Enfim, Sr. Presidente, os recursos do programa foram aprovados com o acréscimo de R\$30 milhões, além dos R\$10,1 milhões já aprovados pelo Executivo, garantindo, pelo menos, algo em torno de R\$40 milhões.

Para minha surpresa, a Lei Orçamentária Anual para 2007 foi publicada com o recurso em um subtítulo nacional, mas, durante esse período, conversamos muito com a Ministra Marina Silva, no Ministério do Meio Ambiente; com o Presidente da Agência Nacional de Águas, José Machado; com o Ministro das Cidades, Márcio Fortes; e com o seu Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Sérgio Gonçalves, tentando alocar o máximo de recursos para os mais de trinta Municípios que integram a bacia do rio dos Sinos.

No mês de maio ocorreu - e quero dar o mérito aqui também - um importante encontro no Palácio do Planalto, que contou com a presença da Governadora do Estado e de doze Prefeitos da região, com a intenção de articular recursos do PAC para o Rio Grande do Sul na área do saneamento e da habitação. Na oportunidade, foi entregue à Ministra Dilma uma proposta de investimentos na bacia do Rio dos Sinos.

Sr. Presidente, neste momento, posso anunciar que estou tranqüilo, porque acredito que agora teremos os recursos necessários para o investimento que a região precisa.

Quero lembrar que contei também, além do apoio do Senador Valdir Raupp, com o apoio dos outros Senadores gaúchos, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi.

Enfim, Sr. Presidente, estima-se que o total de recursos destinados para o Estado, com a participação do Executivo e do Legislativo, em água e saneamento, vai ultrapassar R\$700 milhões. Mais de R\$200 milhões virão do orçamento de investimentos da União. O restante serão linhas de financiamento a baixos custos, somadas a contrapartida do Estado e dos Municípios. A previsão é de que somente o rio dos Sinos terá um aporte em torno de R\$276 milhões. Eu diria que até um pouco mais dos R\$200 milhões originais. Desse montante, aproximadamente R\$116 milhões serão a fundo perdido, por integrarem o programa Saneamento Para Todos, no OGU – 2007.

O rio Gravataí também será contemplado com recursos significativos. A previsão é de que serão aplicados R\$112 milhões em financiamento e aproximadamente R\$35 milhões de recursos do OGU.

Ainda, Sr. Presidente, além dos recursos para projetos de água e esgoto, a região da grande Porto Alegre receberá uma unidade de proteção integral em torno do nosso querido rio Guaíba. A unidade de proteção, que contou desde o início com o nosso total apoio, por meio da campanha Viva Guaíba, organizada

pela sociedade gaúcha, vai garantir, de forma efetiva, a conservação da biodiversidade e a preservação da bacia hidrográfica. A campanha contou com a adesão de mais de 30 mil assinaturas pela proteção do nosso querido rio Guaíba.

Em respeito à vida, acredito que temos obrigação de lutar para que o lago volte a ter peixes e possa ser um espaço onde todos convivam em total integração com o meio ambiente, como no passado.

Sr. Presidente, trabalhei muito – e não somente eu -, com outros Senadores e Deputados e mais as forças vivas do Rio Grande, para a recuperação do rio dos Sinos, o que espero aconteça com rapidez. Apoiei o movimento Viva Guaíba e continuarei lutando para que a água seja preservada, pois o equilíbrio e o futuro do nosso Planeta dependem da sua preservação e da garantia de seus ciclos naturais.

Sr. Presidente, concluo dizendo que não estamos preocupados com os louros, as medalhas, as placas ou as solenidades dos feitos, porque isso tudo passa. A minha alegria, neste momento, é dizer que o que não pode passar sem registro para a história é a vida que voltará a existir na bacia do rio dos Sinos, na bacia do rio Gravataí e no nosso querido Guaíba.

Quero voltar a ver os peixes, quero voltar a nadar, quero ver as crianças subindo nas árvores, pulando no rio, quero ver o verde, com as flores e o capim nas margens, quero voltar a ver o brilho no rosto das pessoas, que somente o reflexo da natureza pode dar. Isso é impagável. Não tem preço.

Agradeço à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; agradeço ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes; agradeço à Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff e ao Presidente Lula o carinho e a atenção dados na recuperação do rio Guaíba, do rio Gravataí e da bacia hidrográfica do rio dos Sinos.

O povo gaúcho agradece, em nome das gerações passadas, da geração presente e das gerações futuras. A nossa preocupação é exclusivamente com a população gaúcha e a importância das águas.

Finalmente, nosso desejo de atender a essa demanda e de que se faça justiça em relação ao que temos pleiteado desde o início foi contemplado. E temos certeza de que essa alegria não é só nossa. Por isso, queremos dividi-la com todo o povo gaúcho, com todos aqueles que trabalharam: vereadores, prefeitos, ONGs, entidades, sindicatos, associações, o Governo do Estado, a Assembléia Legislativa, as Câmaras de Vereadores. E eu lembraria aqui o povo gaúcho, certamente, mais uma vez, com muita convicção, se pudesse. Faço-o por intermédio de minha voz, dizendo que sempre, sempre vale a pena lutar quando a causa

não é pequena e, como já se disse, quando a alma não é pequena. Daí a nossa satisfação.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, ainda dentro do meu tempo, tenho um outro pronunciamento a fazer que entendo de suma importância. Mais uma vez, falo do nosso Rio Grande. Falar sobre a nossa terra, Sr. Presidente, é sempre muito empolgante. E todos já devem ter percebido que o faço aqui, com muita alegria, porque o Rio Grande do Sul e, naturalmente, o Brasil moram no meu coração. E é dentro dessa grande morada, Sr. Presidente, que palpita forte o lugar onde nasci e que me traz belas e doces lembranças: a cidade de Caxias do Sul.

Sr. Presidente, Caxias do Sul foi a cidade da minha adolescência. Lá namorei, lá estudei, lá trabalhei e vi meus filhos darem os primeiros passos. Comecei a minha vida política no Senai, por isso o meu carinho pelo ensino técnico; depois, no ginásio noturno para trabalhadores, do qual fui presidente do grêmio estudantil, além de ter sido, também, presidente do grêmio estudantil do Ginásio Estadual Santa Catarina. Depois, trabalhei muito tempo na Fundação Eberle, em Caxias.

Pois bem, qual não foi a minha satisfação ao ver que minha cidade natal vai participar do concurso Capital Brasileira da Cultura 2008. O concurso Capital Brasileira da Cultura é uma iniciativa de abrangência nacional, implementada pela ONG CBC, com parceria institucional dos Ministérios da Cultura, do Turismo e o apoio da Unesco.

O Prefeito caxiense, Sr. Presidente, que é do PMDB, José Ivo Sartori, e o Secretário da Cultura, Antonio Feldmann, levaram a São Paulo, neste mês, a documentação necessária para efetivar a inscrição do Município de Caxias nesse importante concurso. Eles levaram 30 mil assinaturas de adesão ao projeto e também 15 volumes que representam as respostas ao questionário exigido pela organização do concurso, além de várias dezenas de anexos que representam a produção artística cultural de Caxias do Sul, como livros publicados por autores caxienses, *folders* de ações culturais realizadas na cidade, reportagens de jornais e revistas. Todos os segmentos enviaram projetos para o evento.

A Secretaria Municipal da Cultura de Caxias do Sul, em conjunto com outras organizações, e a comunidade foram se envolvendo nessa ação, e, mais do que tudo, o movimento tornou-se um retrato vivo de Caxias do Sul.

Sr. Presidente, a cultura é algo amplo; é resultado de um conjunto complexo de códigos e padrões que regulam a ação humana individual e coletiva, e que se manifestam em praticamente todos os aspectos

da vida: modos de sobrevivência, normas de comportamento, crenças, instituições, valores espirituais, criações materiais, e assim por diante. Ela influencia o desempenho dos setores, determinando a pujança de uma localidade.

Caxias do Sul, que na sua história sempre valorizou a colonização italiana, hoje possui a consciência de que várias etnias formaram um processo cultural importante, merecendo o reconhecimento dessa diversidade. Nossa cidade, certamente, conta com uma rica diversidade cultural.

Se alguma das Senhoras ou dos Senhores já teve, por exemplo, a alegria de participar da Festa da Uva, para a qual Caxias se prepara, ano a ano, no intuito de oferecer o melhor aos seus visitantes, sabe que se trata de uma festa muito gostosa. Eu sei que V. Ex^a conhece, Senador Papaléo, essa história.

A Festa da Uva é uma das maiores marcas da cidade e responde pela divulgação desta no País e no exterior.

Celebrar a vindima: esse era o objetivo da primeira festa agrária realizada em Caxias do Sul, na década de 30. O dia 7 de março de 1931 foi marcado por uma exposição discreta, mas elegante, das uvas dos nossos parreirais. Hoje, a festa conta com carros alegóricos desfilando pelas ruas de Caxias, confraternizações festivas e baile de gala.

Em 2006, por exemplo, o tema da festa foi “A Alegria de Estarmos Juntos”, e o tema dizia:

Vieram de terras distantes
 Como sementes nas asas do vento
 Somos fruto de um sonho imigrante
 Na safra do nosso tempo.
 La gente che lavora
 Conosce la prosperità
 Abbiamo il cuore in mano
 Pieno di felicità
 Refrão: Tu és o nosso convidado
 Vem conosco cantar
 E comemorar
 A alegria de estarmos juntos
 Refrão: Tu sei il nostro invitato
 Vem conosco cantar
 E comemorar
 A alegria de estarmos juntos
 Refrão: Usted es nuestro invitado
 Vem conosco cantar
 E comemorar
 A alegria de estarmos juntos
 Refrão: Du bist herzlich ein geladen
 Vem conosco cantar
 E comemorar
 A alegria de estarmos juntos

Enfim, Sr. Presidente, o refrão foi cantado em italiano, em alemão e em espanhol, dando a todos os visitantes as boas-vindas e convidando-os a brincar e a se alegrar.

A cidade, sem dúvida, é dona de grandes encantos, mas vale salientar, também, que Caxias do Sul é o maior produtor hortifrutigranjeiro do Estado e o segundo pólo metal-mecânico do Brasil. Pode-se dizer que ela é hoje, num raio de 50 km, provavelmente o parque mais diversificado do mundo; fabrica do talher ao ônibus ou mesmo da autopeça ao caminhão.

A cidade possui dez instituições de ensino superior, sendo que a mais antiga está com quarenta anos.

Os espaços culturais do Município somam-se a tudo isso, fazendo de Caxias uma digna participante nessa concorrência.

Caxias preserva em sua Memória e Patrimônio:

- Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami;

- Memorial Atelier Zambeli. O estabelecimento, que iniciou suas atividades em 1915, tornou-se referência na região de colonização italiana, quanto à produção de imagens sacras em gesso, bem como de ornamentos para igrejas, capelas e residências;

- Museu Ambiência Casa de Pedra. Nesse espaço é possível reconhecer as principais características da formação cultural de Caxias do Sul, centrada no trabalho familiar, na moradia e terreno, mostrando, naturalmente, todas as fontes de sobrevivência;

- Museu da Uva e do Vinho Primo Slomp. O acervo reúne peças e objetos utilizados na produção da uva e na fabricação de vinho. São instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho, da agricultura ao armazenamento, passando pela confecção dos recipientes que desenvolveram profissões correlatas – tanoeiros e artesãos da cestaria.

- Museu dos Ex-Combatentes da II Guerra Mundial;

- Museu Municipal de Caxias do Sul;

Monumento Nacional ao Imigrante.

Podemos, ainda, Sr. Presidente, listar a Associação dos Amigos da Memória e do Patrimônio Cultural, bem como a Casa da Cultura, inaugurada em 23 de outubro de 1982, que abriga o Teatro Municipal, a Galeria Municipal de Arte e a Biblioteca Pública Municipal e que, posteriormente, recebeu a denominação oficial de Casa da Cultura Percy Vargas de Abreu e Lima, em homenagem a esse ilustre cidadão caxiense.

Sr. Presidente, talentos como Paulo Autran, Fernanda Montenegro, José Wilker, Patrícia Pillar, Edson Celulari, Nenhum de Nós, Adriana Calcanhoto, Quarteto em Cy, Arthur Moreira Lima, Ana Botafogo, entre outros artistas de renome, bem como grandes espetáculos locais, fizeram a história desse teatro. Nem todos esses artistas nasceram lá, mas estiveram presentes e fortaleceram o teatro.

O Departamento de Arte e Cultura Popular objetiva realizar e apoiar projetos de arte popular.

Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a considerasse lido na íntegra este meu pronunciamento, que faço com muito carinho, defendendo que Caxias do Sul seja a Capital Brasileira de Cultura em 2008.

Eu poderia ainda, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, deixar aqui registrada uma música do inesquecível e polêmico, mas sempre respeitado cantor e compositor gaúcho Teixeira, que enaltece a região da serra quando fala “terra da uva e do vinho”. Quando ele canta essa música, é claro que me lembro muito da minha cidade natal. Há uma parte dessa canção em que ele diz:

Quem quiser saber quem sou
Olha para o céu azul
E grita junto comigo
Viva o Rio Grande do Sul
[...]
E diz, depois:
Oh! meu Rio Grande
De encantos mil
Disposto a tudo
Pelo Brasil
Querência amada dos parreirais
Da uva vem o vinho
Do povo vem o carinho
Bondade nunca é demais
Berço de Flores da Cunha
E de Borges de Medeiros
Terra de Getúlio Vargas
Presidente brasileiro
Eu sou da mesma vertente
Que Deus saúde me mande
Que eu possa ver muitos anos
O céu azul do Rio Grande.
Te quero tanto
Torrão gaúcho
Morrer por ti me dou o luxo
Querência amada
Planície e serra
Dos braços que me puxa
Da linda mulher gaúcha
(...)

Aqui eu termino, mas reitero minha solicitação de que V. Ex^a considere meu discurso lido na íntegra.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância, mais uma vez.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero elogiar o Governo Federal e demonstrar toda a minha alegria e satisfação pelos recursos que serão empregados na Bacia do Rio dos Sinos e do Rio Gravataí no Estado do Rio Grande do Sul.

Este é um assunto que estava me afligindo há meses, mais exatamente desde o momento em que me engajei na luta para recuperar a Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos.

Em 11 de outubro de 2006, subi nesta mesma tribuna para proferir um pronunciamento sobre o grave acidente ambiental que atingiu o Rio, provocando a morte de milhares de peixes.

O acidente foi considerado o maior dos últimos 40 anos.

A mortandade atingiu aproximadamente 15 km de extensão formando um imenso lençol de peixes mortos, atingindo a região que inicia nas proximidades da divisa de São Leopoldo com Sapucaia do Sul e seguindo na direção do delta do Jacuí na região de Canoas.

Na época demonstrei minha preocupação com a situação da população ribeirinha que vive da pesca e com o abastecimento de água dos municípios que dependem das águas do rio.

Com a intenção de reparar os danos e de revitalizar a área degradada apresentei na Comissão de Infra-Estrutura uma proposta de emenda ao orçamento da união, PLOA 15/2006, no valor de R\$200 milhões de reais com a finalidade de alocar recursos para o programa de conservação da bacia hidrográfica no rio dos sinos.

Apresentei também uma emenda na Comissão de Meio Ambiente – CMA, por intermédio do senador Sibá Machado, membro daquela Comissão.

Por um entendimento entre os relatores das duas comissões a emenda foi aprovada na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal no valor de R\$ 260 milhões de reais – com uma justificativa de que do montante aprovado R\$ 200 milhões seriam destinados a recuperação do Rio dos Sinos.

Acontece que os recursos inicialmente propostos estavam alocados no Ministério do Meio Ambiente, porém, foram parar na Agência Nacional de Águas, no Programa de Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas (compra de esgoto tratado).

Um programa importantíssimo mas que não se coaduna com as necessidades dos municípios que formam a bacia hidrográfica.

Ademais, o relator setorial, na Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, realizou um corte nos valores propostos, aprovando apenas 10 milhões de reais.

Na época, conversei por telefone com o deputado relator da Comissão Setorial e enfatizei a importância daqueles recursos para os municípios e a população da região.

Sabedor do volume de recursos necessários para as obras de recuperação, conversei com o relator-geral do orçamento Senador Waldir Raupp sobre a necessidade de aumentar os valores já aprovados.

Vale lembrar, ainda, que, na ocasião, o senador Valdir Raupp esteve comigo no Rio Grande do Sul em reunião na Assembléia Legislativa, em Porto Alegre, reunido com a diretoria da Federação das Indústrias do rio Grande do Sul – FIERGS, parlamentares gaúchos, prefeitos e representações da região.

Ocasão em que tomou ciência da grave situação da bacia e se comprometeu em alocar na Lei Orçamentária Anual mais recursos para a obra.

Os recursos do programa foram aprovados com um acréscimo de R\$ 30 milhões, além dos R\$10,1 milhões já propostos pelo Executivo, totalizando uma alocação na rubrica de R\$40,1 milhões.

Para minha surpresa, a Lei Orçamentária Anual para 2007 foi publicada com o recurso em um subtítulo nacional.

Durante todo este período estive reunido com a Ministra Marina Silva, no Ministério do Meio Ambiente, com o Presidente da Agência Nacional de Águas, José Machado, com o Ministro das Cidades, Márcio Fortes, e seu Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Sérgio Gonçalves, tentando alocar o máximo de recursos para os mais de trinta municípios que integram a Bacia do Rio dos Sinos.

No mês de maio ocorreu um importante encontro no Palácio do Planalto que contou com a presença da governadora do estado Yeda Crusius e 12 prefeitos da região, com a intenção de articular recursos do PAC para Rio Grande do Sul na área de saneamento e habitação.

Na oportunidade, foi entregue à ministra Dilma Rousseff uma proposta de investimentos na Bacia do Rio dos Sinos.

Estou muito feliz mesmo, porque acredito que agora teremos os recursos necessários para os investimentos que a região precisa.

Quero lembrar que contei também com o apoio do Senador Valdir Raupp e dos outros dois senadores Gaúchos, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi.

Estima-se que o total de recursos destinados para o estado, em água e saneamento, ultrapassa os R\$ 700 milhões, sendo que mais de R\$ 200 milhões virá do orçamento de investimentos da União, o restante serão linhas de financiamento a baixos custos somado a contrapartida do Estado e dos municípios.

A previsão é de que somente o Rio dos Sinos terá um aporte de 276 milhões, deste montante aproximadamente R\$ 116 milhões serão “a fundo perdido”, por integrarem o programa “saneamento para todos” no OGU 2007.

O Rio Gravataí também será contemplado com recursos significativos. A previsão é de que sejam aplicados R\$ 112 milhões em financiamentos e aproximadamente R\$ 35 milhões de recursos do OGU.

E ainda, além dos recursos para projetos de água e esgoto a região da grande Porto Alegre receberá uma Unidade de Proteção Integral em torno do Guaíba.

A unidade de proteção, que contou desde o início com o nosso total apoio através da campanha VIVAGUAÍBA, vai garantir de forma efetiva a conservação da biodiversidade e a preservação da bacia hidrográfica.

A campanha contou com a adesão de mais de 30 mil assinaturas pela proteção do Guaíba.

Em respeito à vida, acredito que temos obrigação de lutar para que o lago volte a ter peixes e possa ser um espaço onde todos convivam em total integração com o meio ambiente, como no passado.

Trabalhei por mais recursos para o Rio dos Sinos, apoiei o movimento VIVAGUAÍBA, e continuarei lutando para que a água seja preservada, pois o equilíbrio e o futuro de nosso planeta dependem da sua preservação e da garantia de seus ciclos naturais.

Não estamos preocupados com os louros, com as placas, com as solenidades dos feitos, tudo isso passa!

O que não pode passar sem registro para a história é a vida que voltará na Bacia do Rio dos Sinos, na bacia do Rio Gravataí, no Guaíba....

Eu quero voltar a ver os peixes, quero voltar a nadar, quero ver as crianças subindo nas árvores, pulando no rio, quero ver o verde com as flores nas margens...

Quero voltar a ver o brilho no rosto das pessoas que só o reflexo da natureza pode dar.

Isto é impagável, não tem preço.

Agradeço a Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, ao Ministro das Cidades Márcio Fortes, a Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff e ao Presidente

Lula pelo carinho e atenção dada à recuperação do Rio dos Sinos.

O povo gaúcho agradece em nome das gerações passadas, da geração presente e das gerações futuras.

A nossa preocupação é exclusivamente com a população dos sinos. Finalmente, nosso desejo de atender a sua demanda e de que seja feita justiça em relação ao que temos pleiteado desde o início, foi contemplado.

Temos a certeza de que esta alegria não é só nossa, por isso queremos dividir com todo o povo gaúcho e dizer mais uma vez da convicção de que a luta sempre vale a pena!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/S. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falar sobre a nossa terra é sempre muito empolgante e todos já devem ter percebido que eu faço isso cheio de contentamento, porque o Rio Grande do Sul é a morada do meu coração.

E dentro desta grande morada, palpita forte o lugar onde nasci e que me traz belas e doces lembranças, a cidade de Caxias do Sul.

Caxias do Sul foi a cidade da minha adolescência. Lá namorei, estudei, trabalhei e vi meus filhos darem os primeiros passos.

Lá comecei a minha vida política. No SENAI e no Ginásio noturno para trabalhadores e depois no Ginásio Estadual Santa Catarina. Também trabalhei no Éberle muito tempo.

E qual não foi a minha satisfação ao ver minha cidade natal como partícipe do concurso de Capital Brasileira da Cultura 2008.

O concurso Capital Brasileira da Cultura é uma iniciativa de abrangência nacional, implementada pela ONG CBC, com parceria institucional dos Ministérios da Cultura e do Turismo e o apoio da Unesco.

O Prefeito caxiense José Ivo Sartori e o Secretário da Cultura, Antônio Feldmann, levaram a São Paulo neste mês a documentação necessária para efetivar a inscrição do Município de Caxias do Sul nesse concurso.

Eles levaram 30 mil assinaturas de adesão ao projeto e também 15 volumes que representam as respostas ao questionário exigido pela organização do concurso e várias dezenas de anexos que representam a produção artística e cultural de Caxias do Sul, como livros publicados por autores caxienses, folderes de ações culturais realizadas na cidade, reportagens de jornais e revistas, etc.

Todos os segmentos enviaram projetos para o evento.

A Secretaria Municipal da Cultura de Caxias do Sul, em conjunto com outras organizações e a comunidade foram se envolvendo nessa ação e mais do que tudo, o movimento tornou-se um retrato de Caxias do Sul.

Sr. Presidente, a cultura é algo amplo, é resultado de um conjunto complexo de códigos e padrões que regulam a ação humana individual e coletiva, e que se manifestam em praticamente todos os aspectos da vida: modos de sobrevivência, normas de comportamento, crenças, instituições, valores espirituais, criações materiais e assim por diante.

Ela influencia o desempenho dos setores, determinando a pujança de uma localidade.

Caxias do Sul que na sua história sempre valorizou a colonização italiana, hoje possui a consciência de que várias etnias formaram um processo cultural importante merecendo o reconhecimento dessa diversidade.

Nossa cidade certamente conta com uma rica diversidade cultural.

Se alguma das Senhoras ou dos Senhores já teve por exemplo, a alegria de participar da Festa da Uva para a qual Caxias se prepara ano a ano no intuito de oferecer o melhor aos seus visitantes, sabe que se trata de uma festa de dar gosto!

A Festa da Uva é uma das maiores marcas da cidade e responde pela divulgação desta, no país e no exterior.

Celebrar a vindima: esse era o objetivo da primeira festa agrária realizado em Caxias do Sul, na década de 30. O dia 07 de março de 1931 foi marcado por uma exposição discreta e elegante de uvas.

Hoje a festa conta com carros alegóricos desfilando pelas ruas de Caxias, confraternizações festivas e bailes de gala.

Em 2006, por exemplo, o tema da festa foi “A alegria de estarmos juntos”

Vieram de terras distantes
Como sementes nas asas do vento
Somos fruto de um sonho imigrante
Na safra do nosso tempo
La gente che lavora
Conosce la prosperità
Abbiamo il lcuore in mano
Pieno di felicità
REFRÃO: Tu És o Nosso Convidado
Vem conosco cantar
E comemorar
/: A Alegria de Estarmos Juntos
REFRÃO: Tu Sei Il Nostro Invitato
Vem conosco cantar
E comemorar

/: A Alegria de Estarmos Juntos
REFRÃO: Usted Es Nuestro Invitado
Vem conosco cantar
E comemorar
/: A Alegria de Estarmos Juntos
REFRÃO: Du Bist Herzlich Ein Geladen
Vem conosco cantar
E comemorar
/: A Alegria de Estarmos Juntos

Este refrão foi cantando em italiano, alemão e espanhol, dando a todos os visitantes as boas vindas e convidando-os a brincar e se alegrar.

A cidade sem dúvida é dona de grandes encantos, mas, vale salientar também que Caxias do Sul é o maior produtor fruti-hortigranjeiro do Estado e o 2.º pólo metal-mecânico do Brasil.

Pode-se dizer que ela é hoje, num raio de 50 Km, provavelmente, o parque mais diversificado do mundo, fabrica do talher ao ônibus; da autopeça ao caminhão.

A cidade possui dez instituições de ensino superior, sendo que a mais antiga está com 40 anos.

Os espaços culturais do Município somam-se a tudo isso fazendo de Caxias uma digna participante nesta concorrência.

Caxias preserva em sua Memória e Patrimônio: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami Memorial Atelier Zambelli

O estabelecimento, que iniciou atividades em 1915, tornou-se referência na região de colonização italiana no RS, quanto à produção de imagens sacras em gesso, bem como de ornamentos para igrejas, capelas e residências

Museu Ambiência Casa de Pedra

Neste espaço é possível reconhecer as principais características da formação cultural de Caxias do Sul, centrada no trabalho familiar, na moradia e terreno como fonte de sobrevivência.

Museu da Uva e do Vinho Primo Slomp

O acervo reúne peças e objetos utilizados na produção da uva e na fabricação do vinho. São instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho, da agricultura ao armazenamento, passando pela confecção dos recipientes que desenvolveram profissões correlatas – tanoeiros e artesãos da cestaria.

Museu dos Ex-Combatentes da II Guerra Mundial

Museu Municipal de Caxias do Sul

Monumento Nacional ao Imigrante

Iniciado em 1951, foi inaugurado pelo então Presidente da República Getúlio Vargas, em 28 de fevereiro de 1954.

A simbologia da saga imigração está representada por um casal: o homem com a enxada sobre os

ombros contempla o horizonte, a partir do trabalho; a mulher com o filho ao colo, evoca a geração da vida, a família.

Associação dos Amigos da Memória e do Patrimônio Cultural – MOÛSAI

A Casa da Cultura, inaugurada em 23 de outubro de 1982, que abriga o Teatro Municipal, a Galeria Municipal de Arte e a Biblioteca Pública Municipal e que posteriormente, recebeu a denominação oficial de Casa da Cultura Percy Vargas de Abreu e Lima, em homenagem ao ilustre cidadão caxiense, mostrou, nestes 22 anos, ser o principal suporte cultural de Caxias do Sul e da região, abrigando, desde o início, os melhores momentos das artes em suas mais diversas manifestações.

Talentos como Paulo Autran, Fernanda Montenegro, José Wilker, Patrícia Pillar, Edson Celulari, Nenhum de Nós, Adriana Calcanhoto, Quarteto em Cy, Arthur Moreira Lima, Ana Botafogo, entre outros artistas de renome, bem como grandes espetáculos locais, fizeram a história desse Teatro.

O Departamento de Arte e Cultura Popular objetiva realizar e apoiar projetos de arte popular, desenvolvidos a partir da pluralidade cultural de Caxias do Sul, visando uma descentralização e revalorização cultural no nosso município.

Assim, através do resgate cultural e do reconhecimento de suas próprias características, da sua identificação, temos a recepção de que existem outras comunidades, com outras características culturais e linguagens artísticas, outros pensamentos e isso representa o ponto de partida para ampliação dos seus conhecimentos.

Bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, Caxias do Sul traçou seu perfil cultural, realizou uma radiografia. Compilou seu manancial de virtudes e valores e eu desejo sinceramente que este inventário cultural lhe traga o título de Capital Brasileira de Cultura.

Mas, mesmo se não o trouxer, ela continuará sendo mais uma das 496 magníficas estrelas que enfeitam o céu gaúcho e que está sempre de braços abertos para receber a todos quantos quiserem provar de sua excelência cultural.

E para encerrar eu quero deixar registrada a música do inesquecível e polêmico cantor e compositor gaúcho Teixeira, que enaltece a região da serra, terra da uva e do vinho, que me faz lembrar sempre de Caxias do Sul:

Quem quiser saber quem sou
Olha para o céu azul
E grita junto comigo
Viva o Rio Grande do Sul
O lenço me identifica

Qual a minha procedência
Na província de São Pedro
Padroeiro da querência
Oh! meu Rio Grande
De encantos mil
Disposto a tudo
Pelo Brasil
Querência amada dos parrerais
Da uva vem o vinho
Do povo vem o carinho
Bondade nunca é demais
Berço de Flores da Cunha
E de Borges de Medeiros
Terra de Getúlio Vargas
Presidente brasileiro
Eu sou da mesma vertente
Que Deus saúde me mande
Que eu possa ver muitos anos
O céu azul do Rio Grande
Te quero tanto
Torrão gaúcho
Morrer por ti me dou o luxo
Querência amada
Planície e serra
Dos braços que me puxa
Da linda mulher gaúcha
Beleza da minha terra
Meu coração é pequeno
Porque Deus me fez assim
O Rio Grande é bem maior
Mas cabe dentro de mim
Sou da geração mais nova
Poeta bem macho e guapo
Nas minhas veias escorre
O sangue herói de farrapo
Deus é gaúcho
Da espora e mango
Foi maragato ou foi chimango
Querência amada
Meu céu de anil
Este Rio Grande é gigante
Mais uma estrela brilhante
Na bandeira do Brasil

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Obrigado, Senador Paulo Paim.

V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Sem prejuízo na ordem dos oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges.

V. Ex^a terá 20 minutos para seu pronunciamento.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há homens que choram, há homens que sorriem, há homens que sentem a emoção forte da simples condição do caminhar, do produzir, do fazer riquezas não somente na riqueza material, mas, principalmente, na riqueza do intelecto, na riqueza do conhecimento. Então, o empobrecimento fica na caverna de Platão sob a eterna escuridão.

Sr. Presidente, se o homem é o resultado do que come, também o homem é o resultado do que pensa. Descartes garantia que se penso, logo existo. Dr^a Cláudia Godinho sempre afirmava que não bastam as palavras, mas o gesto de pensar e transmitir o que mais cobre o homem com a manta sagrada do reconhecimento é justamente a condição do afeto. Sem afeto, sem amor, a condição humana se perde. Caminhamos tristes, desmotivados e completamente impossibilitados de sentir o que de mais prazeroso existe no mundo e que faz a diferença entre os homens que integram o reino animal e aqueles que não têm a capacidade de fazer cultura.

Há homens, Sr. Presidente, que pensam além das montanhas, que pensam além das perspectivas existentes. Há homens como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e tantos outros que por aqui montaram planos e ações que fizeram o País se desenvolver. São aqueles que se envolveram no grande projeto para criar a infra-estrutura industrial do País, aqueles que quiseram fazer uma administração que pudesse valer cinquenta anos em cinco.

Acredito, Sr. Presidente, que o País vive um momento de muita alegria e desenvolvimento. Lamentavelmente, algumas situações que estão pautadas, que estão no dia-a-dia da vida nacional, principalmente nos veículos de comunicação, fazem com que a população sinta uma certa decepção. Portanto, Sr. Presidente, este meu pronunciamento é singelo.

Quero lhes mostrar este copo com água pela metade. Não é muito original, mas é providencial para demonstrar que há mais de uma maneira de ver e analisar as coisas.

Lembro de meu pai, à mesa, hora do almoço, a nos perguntar: “O que vocês vêem aqui?” “Um copo com água”, disse meu irmão mais velho. O ar insatisfeito do meu pai foi a senha para que Nilson, o humorista da família, arriscasse: “É cachaça?” Meu pai franziu o cenho. Estava evidente que ele não brincava. Eu, calado e muito atento, me preparei para ouvir a lição: “Para alguns, este é um copo quase vazio. São os pessimistas. Para outros, é um copo quase cheio. São os otimistas. Na verdade, é um copo pela metade. Quem assim o vê é realista”.

Depois, ao longo da vida, percebi que algumas pessoas têm uma espécie de prazer transcendental em anunciar o caos. São os mensageiros do apocalipse, os blasfemadores. Aqueles que devem julgar, vida afora, que todo copo pela metade é um copo quase que vazio.

Não sou assim, Sr. Presidente. Adoro ser portador de boas notícias. O mundo, o Brasil, as comunidades, as pessoas precisam de boas notícias. Elas existem, mas nunca dão tanto ibope quanto as pequenas tragédias do dia-a-dia. Parece que algumas pessoas sentem vergonha da felicidade.

Hoje, pela manhã, ouvi, pela televisão, que a taxa de inadimplência do comércio brasileiro caiu. Pode parecer um dado sem maior importância. Pode ser até que volte a subir no mês que vem, mas o fato é que inadimplência caiu, e eu considero a notícia avissareira.

Ora, se a inadimplência caiu, é sinal de que menos pessoas estão atrasando seus pagamentos. E como ninguém atrasa pagamentos porque gosta, mas, sim, porque faltou o dinheiro para quitar a dívida, é sinal de que o dinheiro está chegando...

Tenho uma assessora que precisava trocar de carro. Sozinha, separada, ganha mais ou menos, o carro que possui já tem 150 mil quilômetros rodados. No sábado, fechou negócio com uma concessionária: vai comprar seu carrinho pagando em sessenta suas prestações mensais.

Daqui a quatro anos e meio, o filho dela estará na faculdade. Vai querer um carro. Mas lembrei-me de que, na minha época, no furor inflacionário deste País, ou se tinha dinheiro para comprar o bem à vista, ou simplesmente não se comprava, porque a instabilidade financeira e a corrida inflacionária não permitiam o crediário no Brasil.

Há pouco, abri o *site da Agência Brasil* e li que analistas de mercado e de instituições financeiras projetam, para 2007, o crescimento de 4,30% para o Produto Interno Bruto, que é a soma das riquezas produzidas no País no ano.

A estimativa de aumento da economia para o ano que vem passou de 4,0% para 4,10%. A informação consta do *Boletim Focus*, divulgado hoje, segunda-feira, pelo Banco Central e faz parte da pesquisa que o banco realiza todas as sextas-feiras com uma centena de analistas para sentir as tendências do mercado sobre os principais indicadores da economia.

A pesquisa do Banco Central mostra, por exemplo, que foi a segunda semana seguida de elevação da expectativa de melhora da economia nacional, embora a estimativa ainda esteja diante dos 5% apregoados

pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, semana passada, em Minas Gerais.

Os especialistas elevaram de 4,26% para 4,30% a projeção de crescimento industrial no ano e aumentaram de 4,33% para 4,45% a expectativa em relação a 2008. Aumentaram, também, a projeção para a relação entre dívida líquida do setor público e PIB. A estimativa anterior, de 43,90% no final deste ano passou para 44%, e foi mantida a projeção de 42% para o final do ano que vem.

Notícias alvissareiras. Saúde perfeita que busca realmente um crescimento acelerado e seguro.

Esses cálculos, Sr. Presidente, consideram um cenário de mercado no qual o dólar norte-americano termine 2007 cotado a R\$1,91, contra R\$ 1,93 na semana anterior, e chegue ao final de 2008 a R\$2,00.

Essas informações podem não fazer muita diferença no atacado das emoções coletivas, mas são notícias que alegam os corações daqueles que acreditam no Brasil, nos brasileiros e no Governo que aí está.

Plagiando o nosso Presidente Lula, eu diria que: “nunca na História deste País, eu tive tantas boas notícias na área econômica como agora”.

E, como não sou porta-voz do apocalipse, Senador Mão Santa e Senador Paulo Paim, e gosto de transmitir boas notícias, entendo que esta tribuna merecia ouvir essas verdades.

Sr. Presidente, o que é o desenvolvimento? O que é a geração de empregos? O que é uma economia forte, pujante, segura, onde você pode fazer um planejamento e saber que daqui a seis ou sete anos terá condições de adquirir qualquer bem, dentro de um crediário seguro.

O País, Sr. Presidente, avançou muito. Dilma Rousseff, na Casa Civil, dá segurança e equilíbrio; gerencia a grande estratégia do reaquecimento da economia nos investimentos de obras estratégicas no País, o PAC.

Mas, Sr. Presidente, para a Oposição, isso não vale. Para a Oposição, nada vale além das próprias idéias e das convicções que defendem. E isso é compreensível no processo democrático.

Sábio é o Governo que abaliza as suas ações pelo programa que pregou e que o conduziu ao poder, seja Presidente, sejam Governadores e Prefeitos, e que devem estar atentos às idéias que a Oposição prega. É muito sábio.

O Presidente Lula tem dado demonstrações de grandeza. Quero aproveitar, Sr. Presidente, para aguardar o retorno do Senador Antonio Carlos Magalhães, que sempre representou, neste Parlamento, uma voz muito ativa, muito firme, muito combativa, e que está um tanto combalido, com um pouco da saúde com-

prometida. Mas, se Deus quiser, estará de volta a este Parlamento para continuar dando sua contribuição.

Refiro-me, assim, não só para me solidarizar com o Líder da Oposição pelo pronto restabelecimento de sua saúde, mas para dizer também, Sr. Presidente, que vi uma grande lição neste País, uma lição de sabedoria política, de solidariedade humana, quando, no hospital em que o Senador esteve internado da última vez, recebeu a visita do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Exemplos de que os contrários é que fazem a diferença, mas a sabedoria da convivência dos opostos é que dá vitalidade à democracia.

O Presidente Lula, sem dúvida, tem conduzido com maestria e com muita segurança os destinos do País. Acredito que os próximos três anos serão de muita prosperidade. Eu me lembro da época dos governos militares, Sr. Presidente, em que a Transamazônica recebia obras estratégicas de estradas rodoviárias. Nós sabemos que precisamos para o desenvolvimento de aeroportos, estradas, portos, obras de saneamento, para que possamos garantir a economia. E vem aí uma das tacadas políticas mais importantes dos últimos seis meses de Governo deste novo mandato do Presidente Lula. E quero me congratular e me associar à visão política do Presidente José Sarney, que tem lutado, diuturnamente, pelos interesses da Nação e do Amapá. S. Ex^a tem incentivado, estimulado, feito propostas sobre as ZPEs, que serão instaladas em todas as regiões para servirem de pólo de desenvolvimento. Aí, sim, vamos caminhar mais fortes e mais firmes do que a própria China.

Portanto, Sr. Presidente, com grandes idéias e disposição no controle da economia, teremos uma saúde muito boa. Por isso, vejo o País crescendo gradativamente e com celeridade a partir de 2008.

Este é um ano de obras grandiosas em todo o País. Precisamos de hidrovias, rodovias, portos, aeroportos; precisamos preparar a infra-estrutura das nossas cidades. São mais de 5.500 Municípios neste País de dimensões continentais.

Alegra-me muito, Sr. Presidente, saber das boas perspectivas que temos pela frente. Temos um excelente Ministro da Saúde. A saúde está um pouco baqueada no País todo, mas há um plano em curso. Temos um bom Ministro da Educação e nas outras áreas do Governo. Acredito que o acerto está sendo conduzido por uma mulher que sempre faço questão de citar, a Ministra Dilma, que realmente está fazendo um trabalho com muita propriedade.

Até aceito, Sr. Presidente, que os negativistas, os cavaleiros do apocalipse, os que não têm sonhos nem perspectivas possam dar a sua contribuição, porque só existe luz porque existe escuridão e vice-versa.

Esses contrários são extremamente positivos diante das idéias que são propagadas aqui desta tribuna. O espírito democrático do Presidente Lula realmente tem surpreendido os analistas de plantão nos últimos seis anos. Quando assumiu a Presidência da República, muitos apostavam que ele não chegaria ao final de seu primeiro mandato. Essa foi uma análise conjuntural. Achavam que o Presidente Lula não teria condições de relacionamento com o Congresso Nacional, com o Poder Judiciário, com as outras instituições e não teria as condições e a habilidade de também colocar o País na trilha das relações internacionais para atrair o capital externo, para que a geração de emprego e a injeção de recursos internacionais pudessem realmente motivar a chegada do capital.

Hoje somos um País, dentro do continente sul-americano, de maior credibilidade. Vivemos um momento delicado comandado pelo Hugo Chávez, na Venezuela; aqui na Bolívia, retrocessos ocorrendo, e o Presidente Lula sempre passando a mão, organizando, ajeitando, dando demonstração de capacidade política e administrativa.

Com isso, Sr. Presidente, ele se torna o líder do continente sul-americano e é, hoje, um porta-voz reconhecido em todos os setores das economias mais sólidas do mundo. Isso é extremamente positivo.

Encerro o meu pronunciamento agradecendo a colaboração da Oposição e dizendo que entendemos perfeitamente o que pode chegar, que captamos o que é de melhor, porque a fiscalização também pode dar uma contribuição muito importante. Sr. Presidente, para um homem como o Presidente Lula, que todos apostavam que seria um caos, colocar hoje o País entra nos trilhos, ser referencial de desenvolvimento na América do Sul, ser referencial de segurança para investimentos, pois já temos uma economia estabilizada, é muito importante.

Encerro meu pronunciamento dizendo que acredito no meu País, acredito na política. Conclamo o povo brasileiro ao entusiasmo que sempre teve, à alegria que sempre teve. Essa deve ser a tônica de um Brasil próspero.

Não é pelos escândalos sucessivos que devemos, nesta tribuna, nos ater a uma pauta voltada somente para essas coisas que estão ocorrendo ultimamente. Isso também contribui, mas nós vamos corrigindo e trabalhando.

Esta semana será extremamente produtiva, Sr. Presidente. Eu acho que os focos têm que ficar para lá, e precisam ser apurados. Mas, aqui, nós deveremos trabalhar diuturnamente para sairmos desse atoleiro moral e dessa pauta nefasta que o País vive atualmente.

Viva o Brasil! Viva a nossa posição estratégica na América do Sul e a nossa relação de segurança e confiança com o resto do mundo!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Ex^a terá 20 minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho permanentemente, não por obsessão nem por prazer, trazido a esta tribuna denúncias de atuação de instituições, com finalidades muito boas, que se utilizam das facilidades para estabelecer convênios com o Poder Público, mas que, depois, desvirtuam completamente seus objetivos e terminam por não levar a quem se destina o objeto do convênio, a finalidade do mesmo.

Eu aqui quero enquadrar um caso específico. Primeiramente, todos sabemos que a Fundação Universidade de Brasília, Fub, é uma instituição de reputação muito boa. Mas me causou espanto, como médico, que a Funasa fizesse um convênio com a Fundação Universidade de Brasília para prestar assistência aos índios Ianomâmis lá no meu Estado.

Ora, a UnB, todos sabemos, funciona aqui em Brasília. E os índios Ianomâmis estão em Roraima, no extremo norte do País. Se se dissesse que não há em Roraima nenhuma instituição capaz de fazer o convênio, eu diria que é uma completa mentira, pois a Fundação Universidade Federal de Roraima tem curso de Medicina e já formou várias turmas. Além disso, teríamos o próprio Governo do Estado. Mas a Funasa evita fazer um convênio com a Universidade Federal de Roraima para fazê-lo com a Fundação Universidade de Brasília.

E pergunto a V. Ex^a, Senador Papaléo Paes, que também é médico: o que ocorreu? Desvio de finalidade. O Tribunal de Contas da União multou os dirigentes da Funasa e a própria Fundação por irregularidades na aplicação dos recursos para a assistência aos índios Ianomâmis.

É aquela história: se faz tanto auê para se dar assistência aos índios, demarcar as terras indígenas e, depois, rouba-se o dinheiro que a União destina à prestação de assistência de saúde às comunidades indígenas.

Entendo que desviar recursos de qualquer atividade pública é um crime inaceitável. Mas desviar recursos da educação e da saúde é crime hediondo.

Não consigo entender como alguém faz isso. Os lanomâmis são um prato cheio.

Havia uma outra instituição, uma ONG chamada Uhiri, que se escreve: “U-H-I-R-I” (soletrando), que foi constituída oito dias antes de assinar um convênio com a própria Fundação Nacional de Saúde, para prestar assistência justamente aos índios lanomâmis.

Então, gostaria muito de pedir aqui, tanto do Senado, por intermédio da sua Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, quanto do Tribunal de Contas da União, que vem fazendo um trabalho nesse sentido, mas principalmente do Ministério Público Federal, que essas questões sejam investigadas, tanto a que diz respeito à ONG Uhiri quanto à Fundação Universidade de Brasília. Falarei agora como roraimense: não admito que os nossos índios de lá e os lanomâmis sejam roubados.

Os lanomâmis são os índios mais primitivos do nosso Estado. Os outros, das outras etnias, estão aculturados. São professores; têm cursos universitários; são funcionários públicos das diversas categorias, inclusive das Forças Armadas, da Polícia Militar. Mas os lanomâmis, não. Estes realmente são índios que ainda vivem no estágio de semicontatados, mais ou menos de acordo com os seus costumes originais. São eles, justamente, que estão sendo roubados, e nós também, todos os brasileiros que pagamos impostos para que o Governo Federal faça convênio com essas instituições.

Eu não acredito, por exemplo, que no caso da Fundação Universidade de Brasília tenha havido locupletação desses recursos.

Mas o que houve – o Tribunal de Contas deixou bem claro – foi irregularidade na aplicação, inclusive com pagamento de pessoal que não cumpriu trabalho, com contratação de pessoal indevidamente.

Então, acredito que essas coisas precisam realmente mudar. Essas organizações não governamentais têm que ser submetidas à mesma legislação a que uma Prefeitura se submete quando estabelece um convênio com o Governo Federal; têm que sofrer a mesma fiscalização da CGU e do TCU que sofre um pequeno Município de cinco mil, seis mil habitantes. No entanto, essas ONGs que se organizam entre 10, 15 pessoas ou, às vezes, meia dúzia de pessoas obtêm milhões de reais dos cofres públicos, notadamente do Governo Federal. É bom lembrar que, só em 2003, o Governo Federal repassou para essas ONGs mais de R\$3 bilhões. Só a Uhiri, que assiste os índios lanomâmis na região, adquiriu mais de R\$36 milhões.

Então, faço esta denúncia e peço a atenção tanto da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado quanto do Tribunal de Contas e da Controladoria-Geral da União, a fim de que parem de investigar somente Prefeituras com menos de 500 mil habitantes e que investiguem também as ONGs, qualquer instituição que tenha convênio e que receba dinheiro dos cofres públicos. Não pode haver essa postura de investigar os menores, deixando os maiores de lado. Não investigam as ONGs porque são sacrossantas, e estamos vendo sair pelo ralo dinheiro público e o pior: os índios não são assistidos.

Reitero estas denúncias, esperando que o Ministério Público Federal, que tanto se preocupa com questões que envolvem minorias, especialmente dos índios, veja isso e procure realmente investigar, processar e denunciar essas instituições, para que sejam obrigadas a devolver os recursos para os cofres públicos e que seus representantes sejam punidos e postos na cadeia, porque isso é um verdadeiro roubo.

Vou encaminhar esta matéria para a futura CPI das ONGs, porque a passada, que tive a honra de presidir, já identificou dez ONGs que cometiam verdadeiros assaltos aos cofres públicos. Esta que já está constituída e será instalada em agosto tem que se debruçar, rapidamente, sobre esses problemas e eliminar, de uma vez por todas, essa verdadeira mancha. Parece que essas instituições não podem ser punidas. Por quê? Mesmo se não recebessem dinheiro público já deveriam ser averiguadas. Essas ONGs também recebem doações de pessoas muito bem-intencionadas, pensando que estão ajudando alguém que realmente é honesto a fazer o bem; mas, muitas vezes, recebem dinheiro e desviam esse dinheiro para proveito próprio.

Portanto, Sr. Presidente, quero encerrar, deixando este registro e pedindo, mais uma vez, que não deixemos passar em branco essas ocorrências, porque, de tanto ver esses crimes parece que nos acostumamos, e isso se torna algo banal.

Senador Papaléo, há que se deixar bem claro que algumas das ONGs que foram identificadas na primeira CPI, que terminou em 2002, ainda estão funcionando, ainda estão aí, recebendo recursos públicos. É preciso, portanto, que o Ministério Público Federal, bem como a CGU, que tanto fala em investigar, se debruce sobre essa questão.

Preciso repetir aqui o nome da ONG que atuava entre os lanomâmis: a Uhiri, além de várias outras fora dos lanomâmis, como a Cunpir e a Paca, lá em Rondônia, como o Conselho Indígena de Roraima, que também recebe recursos públicos e não é devidamente

acompanhado. É preciso tratar igualmente todo mundo que recebe dinheiro público para que não haja ladrões bons e ladrões maus. Quem rouba rouba igualmente o dinheiro de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. Parabéns V. Ex^a por trazer um tema muito importante que diz respeito às ONGs, especificamente do seu Estado. Nós todos nesta Casa aguardamos com muita expectativa a nossa próxima CPI das ONGs, que será muito importante para trazer à tona tudo o que foi apurado na CPI que V. Ex^a presidiu, com muita competência. Muito obrigado.

Sem prejuízo na ordem das inscrições, concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento, com prorrogação máxima de dois minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside esta sessão de segunda-feira, 25 de junho de 2007, Senadoras e Senadores, brasileiros e brasileiras presentes e os que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado Federal, a imprensa do Senado, que é uma organização modelar, tem grandes compêndios e, entre eles, há o *Jornal de Timon*, do escritor maranhense João Lisboa. Ele é tão amado lá que há um busto dele sentado em uma cadeira numa praça.

Senador Papaléo, ele começa o *Jornal de Timon* descrevendo o Senado da Grécia, onde começou a experiência de democracia. Antes de Cristo, já pregavam lá a democracia.

Senador Eurípedes, naquele tempo, um Senador tinha de ter 60 anos. Essa foi a figura que se consolidou porque dizem que o Senado nasceu mesmo foi com Moisés, aquele líder ungido por Deus para libertar o seu povo. Ele se desesperou porque o povo não o obedecia, não ia pela vereda da retidão, não obedecia mais às leis de Deus. Qualquer dia, temos de trazer ao Senado, Senador Eurípedes, a Bíblia, para ver os Dez Mandamentos. Esta é a primeira constituição a que temos de obedecer, os Dez Mandamentos de Deus, que cada um recolhe em sua mente. Será que estamos obedecendo a esses mandamentos?

A história começa aí, mas o povo não queria seguir aquela constituição dos Dez Mandamentos, sobre os quais seria muito oportuno cada um meditar. Papaléo, o povo queria orgia, corrupção, bezerro de ouro, adoração. E ele, enfurecido, quebrou as pedras em que estavam escritas as leis e quis desistir. Conta

a Sagrada Escritura que ele ouviu uma voz que lhe disse: “Busque os mais velhos, os mais experientes, e eles o ajudarão a carregar o fardo do povo”.

Então nasceu essa idéia de Senado que foi consolidada na Grécia – 60 anos. E as virtudes, Senador Papaléo Paes, que se exigiam de um Senador? Eles se aproximavam do povo. As reuniões eram populares, e o povo tinha direito de falar. Mas isso mudou porque elas começavam quando o sol nascia; entrava a noite – não havia energia – naquelas discussões. Muitos que não eram nem Senadores falavam e até conquistavam pela verdade. Foi mudando, aperfeiçoou-se em Roma.

Cícero simboliza essa grandeza que fez o Senado e dirigiu a democracia em Roma, na Itália, consolidando aquele país para a humanidade. Ele escreveu, Senador Gilvam Borges, a página mais linda, o Renascimento, nascido depois desses princípios democráticos consolidados pela presença dos Senadores romanos. “*Pares cum paribus facillime congregantur*” – disse Cícero no Senado: “Violência atrai violência”.

Assim eles iam administrando. Tão valorizados que até aqueles que tinham o Poder Executivo eram eleitos Cônsules. Eram os Senadores. Eles tinham o poder de administrar, fizeram até triunviratos.

E vai melhorando o Senado. O povo participa, derruba os reis, na França com o grito: Liberdade, igualdade e fraternidade! E surgiu o governo do povo, para o povo, pelo povo. Mas é complicado. Acho até que nos saímos melhor do que os franceses, embora só 100 anos depois a democracia tenha chegado ao Brasil. Papaléo, lá rolaram cabeças na guilhotina: Danton, Robespierre... Aí veio Napoleão Bonaparte, com sua inteligência e nos ofereceu o primeiro código civil.

No Brasil também tivemos as nossas dificuldades quando ela se instalou. Tivemos um período longo de ditadura civil, e tivemos sorte de ter um dos mais brilhantes e melhores homens desta Nação: Getúlio Vargas, austero, honrado.

O homem, Gilvam Borges, não escolhe a época de governar. O Papaléo não escolheu a época. E Getúlio enfrentou três guerras: uma para entrar; depois, os paulistas quiseram afastá-lo; e, depois, a guerra contra Hitler, contra Mussolini, na Itália. Foi um período difícil, mas ele foi um grande estadista. As melhores leis que temos, no Brasil, são do período da sua dedicação, da sua inteligência. O homem trabalhador!

Gilvam, tive o prazer de ler os diários de Getúlio. São dois volumes grandões. Todo dia ele escrevia. E ele conta, nas entrelinhas, até umas aventuras amorosas que teve. *Errare humanum est*. Foi um período em que fugiu a democracia, mas depois ela voltou; vivemos,

cada um com sua missão e, depois, tivemos outro período que foi o militar, que presenciamos.

Eu conheci pessoalmente Castello Branco – eu me formei no Ceará –, era um homem de muita honradez. Eu conheci pessoalmente Ernesto Geisel, uma das figuras mais respeitadas da história. Também conheci, ou melhor, tomei foi dois porres com João Baptista Figueiredo. Figura humana, figura pura. Na época, nosso Governador era Lucídio Portella, brilhante, irmão de Petrônio, o mais velho. Era austero, não bebia. O Presidente João Baptista Figueiredo, que gostava de tomar uns uísques, foi duas vezes ao Ceará para inaugurações.

Eu era Deputado novo e Vice-Líder do Governo, e o Governador escolhia alguns para fazer companhia ao Presidente. Eu fiz isso algumas vezes, por isso quero lhe dizer que o conheci. *In vino veritas*. No vinho, a gente diz a verdade. Vi o João Baptista Figueiredo, um sujeito puro, que tinha a formação de militar. É preciso entender que os dois melhores militares em vida, em nota, foram Luís Carlos Prestes e João Baptista Figueiredo.

O sonho dele, o ideal dele, era a vida militar, mas lhe deram a missão de governar e ele foi como se tivessem mandado dizer-lhe: vai lá acabar com a guerra do Iraque. Ele ia e cumpria a missão, mas não era um político. Convivi com ele. Tive oportunidade, duas vezes, de sentar-me em uma mesa e beber com ele e ver a sua pureza. Ele era...

O que é que se diz? Qual foi a corrupção que ele fez? Qual foi, qual foi? A gente sente. Eu bebi com ele. Era um homem de temperamento forte. Quando ele saiu disse “que me esqueça o povo”. Cumpriu uma missão como militar e disse que ia fazer a abertura democrática e fez mesmo. Do jeito dele, com as convenções, eleição indireta... No final, simpatizava com o Tancredo. Não tinha simpatia por Sarney – dizia isso no passado, mas ele tinha.

Os outros eu não conheci. Dizem que o Médico foi violento, mas não o conheci pessoalmente, nem conheci Costa e Silva; só os conhecia pelo que se dizia nos livros de história. Os três que conheci – julgamento nosso de médico e psicólogo – são pessoas que carregaram essa bandeira e o sentimento de ordem e progresso.

“O homem é o homem e suas circunstâncias” – Ortega y Gasset.

Depois conseguimos a democratização e este Senado viveu todos os momentos se teve sabedoria.

Eurípedes, eu estava chegando ao lado do, talvez melhor, Presidente desta Casa, que é do Piauí,

Petrônio Portella – ele fez o túnel que há aqui, Senador Papaléo Paes, que V. Ex^a atravessa. Petrônio Portella seria o Presidente da República, mas morreu com apenas 54 anos. Olha que temos aqui gente com 100 anos. Ele morreu com 54 anos! Eu era Deputado novo. No meu gabinete há um retrato dele, bem novo. Ele me seduzia para entrar nessa política. Pouco antes de morrer, disse, com o dedo em riste, porque eu dizia que ia ficar somente no Piauí: “Não, você vai ser tudo”. Está aí de testemunha Antônio Araújo, que era secretário particular dele. Eu lhe dizia: “Antonio Araújo, você fazia os discursos do Petrônio”. E ele todo tímido: “Não, não”. Fazia quase todos, porque o homem era poupado. Agora está fazendo os do Marco Maciel. Quando vai fazer um para mim, que sou do Piauí? Essa é a história.

Tenho que contar o que é este Senado. Ele já foi fechado sete vezes. Crise há. Crise temos de ter. A filosofia da democracia é que para cá venham os pais da Pátria. Esse é o sentido; se não for isso, não tem sentido.

Vi uma. E sou testemunha e quero dizer aqui: este Senado e esta democracia devem, e muito, a Petrônio Portella.

Houve uma reforma do Judiciário. Ela foi votada nesta e na outra Casa, ou seja, no Congresso. O Governo militar não gostou. O Presidente Geisel e os militares mandaram fechar o Congresso. Quis Deus que eu estivesse ao lado de Petrônio Portella, como Deputado Estadual, quando veio a notícia do fechamento do Congresso.

À imprensa ele só disse uma frase – isso é que se chama autoridade moral! Precisamos de homens de moral nesta Casa! Eu vi. Sou testemunha e vou dizer agora: os militares fecharam o Congresso, e a imprensa foi falar com Petrônio Portella, que disse: “Este é o dia mais triste da minha vida!” Ele voltou e não disse mais nenhuma palavra.

Só com essa reação – a autoridade é moral, atentai bem, Gilvam! –, só com essa frase de Petrônio, rodeado de canhões, os militares revolucionários refletiram e mandaram, poucos dias depois, Petrônio abrir, Petrônio iniciar.

Paim, “esse é o dia mais triste da minha vida” – e eu estava ao lado. Com essa frase e a autoridade moral do Presidente desta Casa, recuaram-se os canhões e foram-se os militares. Só isso! E ele continuou nessa marcha da redemocratização, Papaléo, sem um tiro, sem bala. Ela foi gradativa, lenta. E fez a anistia.

Vem Dona Iracema Portella contando que, quando houve a eleição direta promovida por Figueiredo

– ele promoveu o Colégio Eleitoral, que era a lei da época –, o Poder Legislativo funcionou; havia Oposição valorosa e grandiosa. Dona Iracema o abraçou e lhe disse – isso ele me contou: “Nenhum teria tanta capacidade como V. Ex^a”. E foi dando os passos, conseguindo a anistia, e conseguiu a redemocratização. Paim, ele seria o Presidente da República. Os militares já haviam aceitado Petrônio. O Vice-Presidente da República seria Tancredo Neves. Essas são as crises. Eu, Deputado muito novo, tinha simpatia.

Está aí o Antônio Araújo, que era o secretário particular dele. O Marco Maciel, sabido, pegou o Antônio Araújo, que é hoje um dos maiores nomes de executivo, de trabalhador desta Casa.

Então, o seu Colégio Eleitoral, Papaléo Paes, era do PDS, e iriam juntar-se PDS com PP. Tancredo era PP. Aí engoliriam o PMDB, que era da Oposição, e ele ganharia para Presidente da República. Tancredo já tinha aceitado ser Vice. Depois foi o Tancredo que saiu Presidente e o Sarney, Vice – e foi quem assumiu. Mas ele chegou a gozar dessa credibilidade. Ele foi o escolhido. Foram os militares.

Os militares são nossos, são brasileiros, são povo. Eles não eram pessoas más, não. Não vamos com esse negócio de dizer que eram militares... O militar é povo brasileiro, é de família brasileira, é filho. Isso é onda. Nas Américas todas, havia esse surto de regime militar, como agora estamos assistindo a um surto pior, comandado por Fidel Castro. Eu conheço; eu fui lá. O Fidel é que é o modelo absoluto. O Chávez já abre um pouquinho. E tem o do Equador, que está rapidamente vendo essas mudanças e acabando... Tem o da Bolívia, o da Nicarágua e tem o daqui, se este Senado não resistir. Aqui!

Estou aqui, brasileiros e brasileiras, porque entendo que aqui é a resistência. Cuba existe; a Venezuela está ali. Senador Paulo Paim, eu a conheço; ela existe. O Equador não tem mais Congresso, não. Outro dia, o Equador cassou 19 e colocaram ao lado dele, Papaléo. Eles foram à Justiça e conseguiram uma liminar para voltarem os eleitos. O lado do Equador mandou prender os juízes todinhos e alguns deputados. Os outros fugiram para a Colômbia.

Tem a Bolívia e a Nicarágua. Aqui é a resistência; estamos aqui resistindo. Ô, Papaléo, ô Paim, nós somos a resistência; nós somos o povo. Viemos para resistir.

E vamos fazer um documento. Cadê Mozarildo? Vamos assinar que este Congresso não pode ter recesso em julho com esta calamidade, com esta igno-

mínia, com esta falta de moral. Nós vamos assinar. Eu vou assinar. Nós já fizemos isso aqui.

Quando começamos, era o mensalão, tão vergonhoso como os momentos que vivemos. Atentai bem! Nós nos autoconvocamos. V. Ex^a, Senador Paulo Paim, era o Vice. Antero Paes de Barros, Heloísa Helena, que faz falta, Arthur Virgílio, Efraim Moraes, Papaléo Paes, Eurípedes, suplente de vergonha e de grandeza. Éramos poucos. Mas temos de manter a vigilância. O Senado não pode ficar assim. Nós vamos de férias? A lei da Marta: “relaxar e gozar”? Vai entrar julho aí, Papaléo. Eu acho que nós temos de meter, acabar com este... Quer dizer, nós vamos fazer como disse a Marta: “relaxar e gozar”, e está tudo muito bem nesta democracia?

Ô Paim, V. Ex^a representa os Lanceiros Negros que morreram lá na Farrroupilha, sonhando com a República! É... Os seus avós combateram Pedro II. Prometeram libertar os escravos e enganaram. E tiveram de matar os Lanceiros Negros, porque não tinha vindo nem a liberdade dos escravos nem a República. E V. Ex^a, quis Deus, é herdeiro dos Lanceiros Negros que morreram no torrão gaúcho na Guerra dos Farrapos. Foi o primeiro sinal da formação da República.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Paim, o som aí! Ponha o som à vontade, porque estou falando do Rio Grande do Sul, e V. Ex^a não vai diminuir... Mas é um povo bravo.

Papaléo, nós temos de ver, porque o País não está bom, não. Isso aí é o pior dos mundos. E o que é que o Governo tem de fazer? Diz Norberto Bobbio, senador italiano vitalício que morreu recentemente, o homem que mais soube sobre democracia, homem de grandes obras: “Nunca misture o público com o privado”. Está no livro dele. Papaléo, ele disse que o mínimo que se tem de exigir de um governo é a segurança.

No Brasil, vivemos uma barbárie. No Piauí, onde havia paz, não há mais, não. Não há, Papaléo. Medo! Do Rio de Janeiro, nem se fala. Está concorrendo com o Iraque. Aquela guerra do Alemão... Está parado.

Papaléo, atentai bem! Saúde... A grandeza do Piauí é a saúde. É um dos Estados com mais avançada Medicina. Isso tem sua razão. Getúlio colocou interventor militar em todo o Brasil. O de lá, Landri Sales, não deu certo, e ficou um médico, que fez o Hospital Getúlio Vargas, cujo Pronto-Socorro ampliei quando governei. Os anestesistas estão em greve. Orgulhamo-nos dos médicos do Piauí.

Brasileiras e brasileiros, vocês estão vendo um médico com 40 anos de Medicina. Meu tempo de serviço foi numa Santa Casa. Na tabela, a anestesia custa R\$9,00. Hoje, engraxei os sapatos, o cara me cobrou R\$5,00, e dei R\$10,00. E, no Piauí, uma anestesia é R\$9,00. Consulta médica é R\$2,50. Estão enganando o povo.

Eu desafio aqui: qual a brasileira ou o brasileiro que foi operado hoje pelo SUS? Com a anestesia a R\$ 9,00? Não tem, acabou.

A dengue voltou. A dengue, que tinha desaparecido em 1950. Esse Oswaldo Cruz sobre o qual vocês ouviram falar, o do Instituto, cientista respeitado neste País, instituiu uma Medicina preventiva extraordinária. Não só o Oswaldo Cruz, Senador Papaléo Paes, mas também Carlos Chagas, Veronesi, Samuel Pessoa, Alencar e Aragão acabaram com a dengue; ela não existia em 1950. Ela voltou. Está acabando uma epidemia aí. E é o mesmo mosquitinho que Oswaldo Cruz, sobre o qual vocês ouviram falar, soube combater. Oswaldo Cruz combateu o mesmo mosquito. Era o da febre amarela; agora é esse mosquito, esse danadinho da dengue. E está mais grave. Há quatro tipos desse vírus que provoca a dengue hemorrágica. Antigamente, de cada 100, morriam 4,5%; agora são 13,5%. Ou o vírus está mais valente, ou o hospedeiro, o homem, está mais fraco. De cada 100, estão morrendo 13,5%. No fim de semana passado, morreram cinco em Teresina, na capital, com os recursos. Em 1950, não havia dengue. Em Cuba, ocorreu a doença, e o Fidel Castro a venceu. Não gosto dele não, mas o respeito.

Interessante, Papaléo, quando ocorreu a dengue na Colômbia, o Governo acabou com ela. Será que é porque lá tem muita maconha? Então vamos liberar esse diabo para acabar com a dengue. É bem ali; e aqui a dengue... O Mato Grosso do Sul, que está-me ouvindo, está competindo com o Piauí: é muita morte, é muita desgraça. Então, a saúde vai mal.

E esse Pronto-Socorro Getúlio Vargas é histórico. Está-me ouvindo, Paim? O seu diretor é um dos melhores médicos que conheço, moral e intelectualmente, e está lá como Cirineu, carregando a cruz. Não é forte, mas não por falta de homens e de médicos, não; é por falta de Governo. Tem de negociar, tem de ver. Agora, por que isso acontece? Veja como está a Medicina! Esse Hospital Getúlio Vargas possui o melhor diretor, um dos mais honrados e mais competentes médicos; não é por ele, não. Veja o que diz o *Jornal Meio Norte*, um jornal bonito do Piauí, Senador Paulo Paim, em matéria do jornalista Efrém Ribeiro: “Sangue. O motorista Edvan Alves Dias fez, na noite de anteontem, um

exame de raio-X no Pronto-Socorro do Hospital Getúlio Vargas” – fui eu que construí o Pronto-Socorro anexo, quando Governador – “e não queria ficar deitado em uma maca suja de sangue de outro paciente. Como o funcionário do Pronto-Socorro informou que não havia papel para limpar a maca, Edvan Alves Dias usou sua própria camisa”.

Isso não é só aqui, não; é em todo o País. Aqui estão fechando o Incor. Não é, Papaléo, V. Ex^a que é cardiologista? Aqui em Brasília, nesta “ilha da prosperidade”. Se em Brasília estão fechando, avaliem como está a Medicina nas demais 5.560 cidades? Aqui vocês vêem anestesistas em greve? Como está?

Falando de Educação, o Governo “deu pau” em todo mundo. A maior nota não chegou a quatro, nesse exame que fazem aí, no Enade. Qual é a evolução das Universidades?

Governo sem segurança, sem educação e sem saúde. Agora, no que estamos bons, no que evoluímos, foi na corrupção. Aqui nós progredimos! Bilac dizia: “Criança, não verás país nenhum como este!”. Será que Olavo Bilac faria esse verso de novo? Criança, não verás País nenhum como este, um mar de corrupção!

Mas por que isso, Papaléo? Por que não tem dinheiro? Está aqui o estudo para mostrar.

O Efrém, no jornal, relata umas cartas. Esse Efrém é todo governista, mas ele caiu na cilada; ele mesmo se perde. É gente boa, inteligente, mas vejam o jornal...

Há uma crônica denominada “Palavra do Leitor”. Gostaria de terminar com o leitor, com o povo. Só há uma razão para isto, e fecho com isto: nós podemos dizer o que o povo quer dizer e não pode. Tiraram o Boris Casoy. Isso é uma vergonha! Lascou-se! Tirou-se! Apagou-se! Cadê? Agora vêm nos tirar aqui. Aí complica, porque há uma história.

Meu Presidente Luiz Inácio, esse negócio de Senado vem do tempo de Moisés, da Grécia. É muita confusão para tirar isto daqui. Como Brossard resistiu; como Ulysses resistiu. Aquele Senador mineiro Afonso Arinos, na ditadura Vargas, quando se dizia que tudo era mentira, desta tribuna, ele disse: “Será mentira o órfão? Será mentira a viúva? Será mentira o mar de lama?” E Getúlio... V. Ex^a sabe o que se passou depois desse discurso aqui... Então, pergunto: será mentira a corrupção? Será mentira o desemprego? Será mentira o que diz aqui Habib Saguiah Neto, aposentado, de Marataízes, no Espírito Santo? “Para os funcionários de confiança do Governo Federal, leia-se PT, reajuste salarial de 139% [para todos esses aloprados, 24 mil

nomeados pelo Presidente]. Para os aposentados [os verdadeiros, os dignos, os honrados que trabalharam com dignidade] acima de um salário, aumento de 3%”. Paulo Paim, isso é uma vergonha! E será mentira? Está aqui! “É certo que os funcionários de confiança estão sem reajuste há bastante tempo, mas a espera valeu a pena, porque superou e dobrou a inflação do período. Éta Presidente social e justo!”. Habib Saguiah Neto, aposentado de Marataízes, Espírito Santo.

E só se pensa em PIB, em se esconder as corrupções que avassalam quase todos os setores governamentais. Está ouvindo, ô Papaléo? É isso! Então, são coisas como essa.

Papaléo, Lula nomeou 24 mil aloprados, apaniguados que vão fazer a receita do seu Partido. Bush, o destruidor, nomeou 4.500. Ainda bem! Serei justo. O Luiz Inácio é melhor do que o Bush. Já pensou se o Bush tivesse 24 mil? Não seria o Iraque, não. Ele acabaria com o mundo!

O Presidente norte-americano só nomeia 4.500 cargos de confiança. Aqui, 24 mil! Sarkozy, que entrou agora, na França, onde gritaram “liberdade, igualdade e fraternidade”, nomeou 350. Tony Blair deixará o cargo na quarta-feira. Sairá Tony Blair e vai entrar o que era Ministro da Fazenda. O Primeiro-Ministro da Inglaterra, Senador Papaléo, vai nomear 150, somente. E a Inglaterra funciona. Essa é a diferença. É isso o que acho que está errado. É isso. Aumentou, aumentou, aumentou o funcionalismo público. Muito, muito, muito. Os apaniguados e aloprados estão aí. Estão criando o Sealopra; e quem vai pagar é a brasileira e o brasileiro que estão trabalhando. É o imposto.

Para terminar, faço referência a uma matéria do *Jornal Meio Norte*. Ô, Paulo Guimarães, está bom! Veja outro campeonato que ganhamos, Senador Papaléo Paes, além da corrupção, o primeiro lugar. “Brasil é campeão em imposto na conta de luz”. Vocês pagam a luz? O Bolsa-Família está aí. É um terço do salário. Mas – pergunto aos brasileiros e às brasileiras – está dando para pagar a luz mais alta do mundo? Está dando para pagar a água mais alta do mundo? Está dando para pagar a gasolina mais cara do mundo?

Atente bem, Senador Papaléo Paes: só de imposto na luz, 43,7% são encargos, tributos e impostos. Aqui o jornalista descreve.

Então, essas são as considerações que tenho a tecer.

Vou fazer um requerimento para que este Congresso fique aberto em julho. Sinto-me envergonhado de obedecer à Ministra que disse: “Relaxe e goze!” Quer dizer, vamos relaxar e gozar neste momento de

podridão? Onde está Rui Barbosa, que disse: “Só há um caminho, uma salvação: a lei e a justiça”? Isso é o que o povo do Brasil espera desta Casa.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Antes de conceder a palavra ao Senador Papaléo Paes, gostaria de fazer um esclarecimento em relação aos Requerimentos nº 43 e 44, ambos aprovados na semana passada, na Comissão de Direitos Humanos.

O Requerimento nº 43 trata do sistema de adoção de crianças no Brasil e é de autoria do Senador Magno Malta, assim como o Requerimento nº 44, que trata do debate do PL nº 122, sobre homofobia. Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, assinei ambos os requerimentos.

A iniciativa está aqui, e vou deixar registrado nos Anais que eles são de autoria do Senador Magno Malta. Assinei como Presidente da respectiva Comissão, no entanto, as datas das audiências públicas não estão marcadas.

Adianto que, principalmente no caso do PL nº 122, que trata da homofobia, quatro oradores poderão falar a favor do projeto, e quatro oradores contra o projeto, para que não haja nenhuma dúvida do equilíbrio daquela Comissão sobre essa iniciativa do Senador Magno Malta.

Informo, também, que o documento que comprova o entendimento sobre o PLS nº 248 e o PLS nº 86 ficará aqui registrado nos Anais da Casa.

Passo a palavra, neste momento, ao nobre Senador Papaléo Paes, por vinte minutos, mais a tolerância necessária que V. Ex^a assim necessitar.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado. Quero registrar aqui que o discurso do Senador Mão Santa foi muito lúcido, como sempre o faz S. Ex^a, e que realmente vem chamar a atenção de todos nós para a questão política brasileira, principalmente na Casa que mais representa o povo brasileiro, que é o Congresso Nacional.

Deveremos sempre, Senador Mão Santa, estar atentos para essa questão democrática e para não deixando esta Casa ficar indefesa. Os Membros desta Casa, que têm a responsabilidade de zelar pelo voto do povo, pelo direito do eleitor de ser bem representa-

do aqui, devem – ou devemos – lutar juntos para que a democracia não fique abalada, e que o povo tenha discernimento para distinguir o que está acontecendo, na realidade, com a política brasileira.

Quero aqui estar errado, mas temo esse processo que está acontecendo na Venezuela e em outros países que já estão querendo copiar esse modelo ditatorial do Presidente da Venezuela. Espero que esses modelos não venham a ser pensados e copiados por este País. O Brasil é um País grande, um País progressista, um País que não é mesquinho, um País que tem futuro neste mundo, um futuro econômico, e que não pode se deixar levar por essas maledicências contra a democracia.

Senador Mão Santa, V. Ex^a falou também da questão da saúde. Nós vivemos exatamente um problema muito sério na saúde brasileira. V. Ex^a cita como exemplo a dengue, em que, em vez de termos uma melhora nesse quadro – e o Governo é um dos principais agentes responsáveis pela melhora deste quadro –, nós não temos as ações devidas do Governo.

O Senador Eurípedes me perguntava: “A dengue vem se agravando cada vez mais?” Eu disse: Eurípedes, vem. As ações governamentais efetivas não vêm acontecendo como deveriam acontecer; as ações do Governo para chamar a atenção da população à colaboração com esse conjunto de medidas necessárias para amenizarmos essa doença não vêm acontecendo. Por isso, ocorre o alastramento da doença, e a gravidade da doença está cada vez mais exacerbada.

Eu, por exemplo, moro no Estado do Amapá e já fui acometido em duas oportunidades pela dengue. Todos sabemos que, naqueles casos em que a reinfeção acontece, o risco de a pessoa ter dengue hemorrágica é muito grande.

Por isso, Senador Mão Santa e Senador Eurípedes, seria muito bom se pudéssemos ter um sistema público de saúde que nos permitisse abrir mão da dependência de atendimento por entidades privadas. Como isso é um sonho muito distante da realidade, diria mesmo que é um sonho utópico, o mínimo que devemos fazer é zelar para que aqueles que tentam cuidar da própria saúde e da própria vida pelos meios materiais de que dispõem não sejam espoliados pelas empresas do setor.

Assim, é necessário que a concorrência seja suficiente para garantir preços, se não acessíveis, ao menos razoáveis, para aqueles que se propõem a utilizar o sistema privado de atenção à saúde.

Em nosso País, já é encarado com naturalidade o fato de as pessoas, para terem alguma segurança

de serem atendidas em momentos de problemas com a própria saúde ou com a de seus familiares, valerem-se do sistema privado de atendimento médico e hospitalar. Isso, apesar de a Constituição Federal prever, em seu art. 196, que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

No entanto, o que vemos é um sistema público sucateado e ineficaz, insuficiente para atender sequer uma pequena parte da demanda dos cidadãos. Daí os empreendimentos da área de saúde terem-se tornado um verdadeiro *El Dorado* para o setor privado.

Recentemente, para ser mais preciso, no dia 12 de junho, o *Jornal do Brasil* divulgou uma matéria que pode ser considerada uma radiografia do setor. E as notícias, pode-se afirmar, não são alvissareiras.

Em letras garrafais, a manchete que faz a chamada para a matéria diz: “Plano de saúde ficará mais caro”, apoiando-se em que a tendência de concentração do mercado em torno de grandes grupos reduzirá a concorrência, que é fundamental para tornar mais acessíveis os preços dos planos de saúde.

Aliás, estudo recente do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) sobre os nove anos da Lei dos Planos de Saúde, Lei nº 9.658, de 4 de junho de 1998, aponta as falhas da regulamentação, analisa o comportamento do mercado de planos de saúde e critica a ação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Entre outras coisas, o estudo conclui afirmando que: é sensível a diminuição da oferta de planos individuais; mais de 13 milhões de pessoas permanecem em planos antigos, que ainda praticam inúmeras restrições; constata-se que ainda é comum a negativa de atendimento e de realização de exames, inclusive a usuários de planos novos. Além disso, o documento conclui que as empresas de plano de saúde muitas vezes interferem nas atividades dos médicos, que têm seu trabalho mal remunerado, e que é freqüente o descredenciamento de instituições de saúde. Tudo isso sem contar a concentração cada vez maior de mercado e o prejuízo dos consumidores decorrente da “quebra” de operadoras.

É bom lembrar que, entre as operadoras de planos de assistência médica em atividade e com beneficiários, 1.239 empresas, as três maiores concentram 12% do mercado. Caso sejam computadas as 24 maiores

empresas, a concentração já se eleva a 51,7% dos beneficiários de planos de saúde (quase 23 milhões de pessoas, entre as mais de 45 milhões) nas mãos de 1,9% das operadoras. E a tendência é aumentar ainda mais essa concentração!...

Diz a matéria do **Jornal do Brasil** a que aludimos:

O mercado de medicina de grupo terá de partir para a autofagia antes de criar musculatura nos próximos anos. Ou seja, um intenso processo de incorporação das operadoras menores pelas mais fortes parece ser o modelo desenhado por especialistas!

Uma projeção da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de alguns anos atrás já indicava que, para um mercado estável e com relativa segurança para os usuários, deveriam existir entre 400 e 500 empresas sólidas.

Nesse caso, pobres daqueles que dependem de assistência pelos planos, pois, com o mercado concentrado, a concorrência de preços tende a ser menor, sem descartar a possibilidade de cartelização.

Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, diz que é difícil entender que as mesmas regras estipuladas pela ANS para uma operadora que congregue dois milhões de usuários, por exemplo, se apliquem também às operadoras de alcance local ou regional, com poucos milhares de usuários. As empresas menores não têm como apresentar tantas garantias financeiras, mas têm custos inferiores e, muitas vezes, atendem em redes próprias, fato que lhes dá maior controle sobre os custos.

E resalto aqui que são essas pequenas operadoras que oferecem as melhores condições para idosos, que sequer podem arcar com os elevados preços das grandes, com a agravante de que as aposentadorias são corrigidas apenas segundo os índices oficiais de inflação.

Para os planos de saúde, por sua vez, nos últimos seis anos, os reajustes foram pródigos: 86,17% para os contratos novos. Mas, para os contratos antigos, os índices foram bem superiores: de até 115,37%, caso da Sul América; 114,86%, do Bradesco e do Itaúseg; 104,87%, da Amil; e 103,49%, da Golden Cross.

E agora a Agência Nacional de Saúde vem de aprovar, no início de junho, um reajuste de 5,76%, o menor dos últimos seis anos, mas, mesmo assim, conforme destaca o *Jornal do Brasil*, quase o dobro da inflação do período, de 3,18% (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do IBGE).

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em vez de estipular a permanência no mercado de pequenas

operadoras, que proporcionam atendimento a preços bem mais acessíveis, o que faz a Agência Nacional de Saúde?

Edita, surpreendentemente, a Resolução nº 145, de 2007, pela qual as operadoras de planos de saúde que não tinham problemas financeiros ou administrativos podem vender ou transferir os contratos de planos de saúde de seus clientes. As grandes, como se diz na linguagem popular, já estão “deitando e rolando”, fazendo todas as aquisições possíveis!

Quero ressaltar, Sr. Presidente, que minha intenção, com este procedimento, foi a de manifestar meu mais veemente repúdio à insensibilidade com que a Agência Nacional de Saúde vem se portando no comando dessa área tão importante para o bem-estar dos cidadãos e que deveria ser um efetivo compromisso do poder público, no cumprimento dos ditames constitucionais sobre a saúde como dever do Estado e direito do cidadão.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós temos de cumprimentá-lo pela valiosa contribuição que V. Ex^a dá de advertência e de orientação ao Governo para a melhora da saúde do nosso Brasil.

Temos inscrito o Senador Marco Maciel; porém, havia pedido a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim, que gentilmente cede o uso da palavra ao Senador Marco Maciel, do Democratas de Pernambuco.

V. Ex^a, regimentalmente, poderá usar da tribuna por vinte minutos, mas jamais vou cortar a voz dessa figura que simboliza o que há de melhor na democracia do Brasil.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Obrigado, nobre Presidente Senador Mão Santa.

Aproveito a ocasião para agradecer ao Senador Paulo Paim por permitir que eu falasse antes de sua manifestação. Cumprimento as Sr^{as} e os Srs. Senadores presentes.

Sr. Presidente, venho, na tarde de hoje, expressar o sentimento, que não é apenas meu, mas de todo o Estado de Pernambuco, pelo passamento, ocorrido na sexta-feira passada, dia 22 de junho, de uma das grandes figuras da intelectualidade pernambucana, o Professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco Manuel Correia de Andrade.

Sr. Presidente, Manuel Correia de Andrade nasceu em 1922, no Engenho Jundiá, em Vicência, uma das cidades da Mata Norte de Pernambuco. Seu falecimento, em virtude de um enfarte, aos 85 anos, aconteceu na cidade do Recife.

O Professor Manuel Correia de Andrade, além de advogado e professor, foi historiador e geógrafo, onde encontrou sua verdadeira vocação e para a qual se dedicava com paixão ilimitada. Seus livros despertam muita atenção e tiveram várias reedições. Daí haver sido professor convidado por diversas universidades e comparecer a inúmeros encontros inclusive internacionais.

Talvez o mais importante de seus livros seja *A Terra e o Homem no Nordeste*, publicado em 1963, considerado, pela Câmara Brasileira do Livro, uma das 100 melhores publicações do século XX, referência para os estudantes de história, geografia, política econômica e social da região, com ênfase à questão agrária.

Manuel Correia era humanista e um dos mestres fundadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da então Universidade do Recife, hoje Universidade Federal de Pernambuco, e exercia a cátedra *Gilberto Freyre*, da Universidade Federal de Pernambuco, em homenagem ao sociólogo de mesmo nome, de quem, aliás, recebera convite para o cargo de pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, em que muito se destacou.

O professor Manoel Correia era uma figura que desfrutava de enorme prestígio não somente na comunidade científica e nas universidades, mas também muito reconhecida pela sociedade nordestina, pela profundidade dos seus estudos e pela seriedade com que desenvolvia suas pesquisas e seus trabalhos, e por sua dedicação às questões do Nordeste. Não foi por outra razão que ele praticamente devotou toda sua vida ao estudo das questões regionais.

O *Jornal do Commercio* de Pernambuco, na edição de ontem, publicou seu último artigo, que ele enviara na semana anterior para o referido jornal. É bom destacar que ele colaborou no *Jornal do Commercio* durante 12 anos, consecutivamente.

Nesse artigo, o professor Manuel Correia observa que *“a lentidão do crescimento e a pobreza regional não impedem que se vislumbre a expectativa de aceleração do desenvolvimento da região...”*. E prosseguiu: *“...e se planeja um crescimento homogêneo e voltado para os interesses da população, e não das elites, que exploram das formas mais variadas o povo e a região”*.

Em que pese esse tom pessimista que caracterizou o seu último artigo, ele, de alguma maneira, manifestava otimismo com relação ao Nordeste, ao seu crescimento e, conseqüentemente, à melhoria das condições de seu povo.

Foram muitos os depoimentos oferecidos por eminentes pessoas de Pernambuco a respeito do ilustre falecido. Eu gostaria de, entre muitos, ler apenas dois.

O professor Edson Nery da Fonseca, grande pesquisador e conhecedor da obra de Gilberto Freyre – talvez, Edison Nery da Fonseca seja o maior conhecedor vivo da obra e da figura de Gilberto Freyre – e que se destacou no campo da biblioteconomia, assim se exprime sobre a morte de Manuel Correia:

*“A geografia humana é uma ciência enriquecida por muitos pesquisadores pernambucanos. Manuel Correia de Andrade foi certamente o maior deles, tanto pelas obras que escreveu quanto pela sua tão freqüente quanto valorosa colaboração na imprensa. Foi um geógrafo humanista, que discorria, com sabedoria, sobre os mais variados temas, com estilo de escritor nato. Vamos sentir muito a falta de seus artigos semanais que eram publicados no *Jornal do Commercio*”*.

Outra manifestação muito significativa sobre a figura do Manoel Correia foi a do também intelectual, escritor e conhecedor dos problemas do Nordeste Leonardo Dantas. Disse ele:

“Trabalhei com Manuel Correia por mais de 18 anos. Fizemos seminários juntos e assinamos alguns livros. É uma perda grande para Pernambuco. É menos uma pessoa para consultar, uma pessoa que tinha uma presença grande em trabalhos de História”.

Também gostaria de me referir a um depoimento do editor e diretor de redação do *Jornal do Commercio*, o jornalista Ivanildo Sampaio, que escreveu:

“Manuel Correia de Andrade foi mais do que um colaborador do jornal. Ele foi um orientador do JC. Foi sob sua orientação que o jornal elaborou seu primeiro caderno especial feito em fascículos, ‘Pernambuco Imortal’, realizado em parceria com a Companhia Editora de Pernambuco, CEP, que é um órgão oficial do Estado de Pernambuco”.

Numa matéria de Olívia Mindelo e José Teles, destacaria a seguinte observação:

“Se nomes como Joaquim Nabuco, José de Castro e Gilberto Freyre ajudaram a colocar Pernambuco no mapa da intelectualidade nacional e mundial, modificando paradigmas das ciências humanas para sempre, o mesmo pode se dizer de Manuel Correia de Andrade,

uma das maiores referências acadêmicas do Brasil em História e Geografia”.

Não por acaso – e já mencionei inclusive esse fato – *A terra e o homem no Nordeste*, publicado em 1963, a principal obra de sua carreira, teve prefácio do economista Caio Prado Júnior, um dos grandes estudiosos da realidade brasileira, ao lado de tantos outros como, no caso do Nordeste, Celso Furtado.

Sr. Presidente, o professor Manuel Correia dedicou toda sua vida a Pernambuco e ao Nordeste. Assim, não pode deixar de merecer, neste momento, nosso reconhecimento.

Daí por que apresento requerimento de pesar pelo falecimento do ilustre professor, pedindo que se dê ciência deste voto a seus familiares, de modo especial à viúva e aos seus filhos, à Universidade Federal de Pernambuco, à Fundação Joaquim Nabuco, à Fundação Gilberto Freyre, à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Pernambuco – à qual ele era filiado –, à Academia Pernambucana de Letras e também à Associação de Jogos Brasileiros e ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Com essas palavras, Sr. Presidente, creio haver expendido o pensamento de pesar do Senado com o falecimento de tão ilustre e devotado intelectual nordestino. Certamente, Manuel Correia terá um reconhecimento maior agora. Com sua morte, sua obra será mais bem apreciada e analisada, o que conduzirá a que se possa melhor identificar os problemas do Nordeste em sua trajetória com vistas ao pleno desenvolvimento, criando condições também para que possamos ter no Brasil um crescimento menos desigual, mais homogêneo, porque o território brasileiro ainda é marcado por enormes desigualdades econômicas e sociais. E isso se constitui em um desafio para todos nós, ou seja, de construirmos uma nação com menos desigualdades econômicas e sociais, promovendo um processo de desenvolvimento homogêneo, como lembrava, no seu último artigo, o professor Manuel Correia, para que possamos consolidar adequadamente, em nosso País, um desenvolvimento que seja sinônimo de paz e de justiça, que esteja atento a tudo que o homem precisa: pão e espírito.

Sr. Presidente, encerro minhas palavras alusivas ao falecimento do professor Manuel Correia na certeza de que o seu exemplo concorrerá para que se fixe na consciência nacional, no coletivo do nosso povo a idéia de que todos devemos e podemos contribuir em

prol de condições de desenvolvimento e de bem-estar para a Nação brasileira.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, aguardamos o documento de solicitação de voto de pesar ao grande escritor e professor Manuel Correia, do Estado de Pernambuco, que simboliza a grandeza do órgão de comunicação *Jornal do Commercio* e, sem dúvida alguma, a maior expressão de comunicação do Nordeste.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E a V. Ex^a, que traduz a grandeza intelectual desta Casa por ser membro da Academia de Letras, é do Nordeste e nosso irmão, tenho um apelo dos intelectuais do Brasil: o Piauí ressent-se para que V. Ex^a – e o historiador Herculano Moraes, da Academia Piauiense de Letras, me incumbiu de pedir a V. Ex^a –, vamos dizer assim, conquiste para o Piauí uma cadeira na pessoa do grande intelectual e escritor Assis Brasil, piauiense, que escreveu *Beira Rio Beira Vida*, premiado com o Prêmio Nacional Walmap; *Pacamão, Os que Bebem como os Cães*, e, sem dúvida alguma, traduz o que mais forte há entre os intelectuais do Piauí. Então, há uma solicitação, por meio de Herculano Moraes, um grande escritor, jornalista e membro da Academia Piauiense de Letras, para que V. Ex^a consiga esse lugar para o Piauí na Academia que V. Ex^a tão bem representa.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado a V. Ex^a. E o apelo que V. Ex^a nos faz será devidamente anotado e levado à consideração.

Agradeço, portanto, também a V. Ex^a o tempo que me destinou.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 92, DE 2007

Senhores Membros do Senado Federal,

Considerando o disposto nos arts. 84, inciso XIV, 52, inciso III, alínea “e” 128, § 1º, da Constituição, submeto à elevada apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor Antonio Fernando Barros e Silva De Souza para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

Brasília, 21 de junho de 2007.

Antonio Fernando Barros e Silva de Souza

CURRICULUM VITÆ

Brasília – DF

CURRICULUM VITÆ

1. DADOS PESSOAIS

- 1.1 - Nome: ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA
- 1.2 - Naturalidade: Fortaleza – CE
- 1.3 - Data de nascimento: 30 de setembro de 1948
- 1.4 - Filiação: Levy Souza e Maria Letícia Barros e Silva de Souza
- 1.5 - Estado civil: casado - RG: 620.980/SSP/PR - CPF: 059.504.819-68

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 - Graduação superior: Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1.º de março de 1972)

2.2 - Outros cursos

2.2.1-Com aferição do aproveitamento

2.2.1.1-Curso de Formação de Estagiários do Ministério Público, promovido pelo Ministério Público do Estado do Paraná (1970/1971)

2.2.1.2-Curso Temporário de Especialização para ingresso na Magistratura, patrocinado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (1972)

2.2.1.3-Curso de Aperfeiçoamento em Direito Processual Civil, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e ministrado pelo professor E. D. Moniz de Aragão

2.2.1.4-Curso de Mestrado em Direito Público na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (incompleto: ingresso em 1984, pedido de desligamento em 1989).

2.2.2-Sem aferição do aproveitamento

2.2.2.1-Curso de Direito Comercial em homenagem à memória de Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e prelecionado pelos professores Carlos de Brito Pereira, Philomeno J. da Costa, Rubens Requião e Theófilo de Azeredo Santos (21 a 28 de março de 1969)

2.2.2.2-Ciclo de Estudos de Direito Civil, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e prelecionado pelos professores Altino Portugal Soares Pereira, José Lamartine Corrêa de Oliveira, Clóvis Veríssimo do Couto e Silva, Orlando Gomes e Ebert Chamoun (14 de agosto a 11 de setembro de 1969)

2.2.2.3-Ciclo de Conferências sobre o Novo Código Penal Brasileiro, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e prelecionado pelos professores Renê Ariel Dotti, Milton Luiz Pereira, Alcides Munhoz Netto, Ildefonso Marques, Raul Chaves e Heleno Cláudio Fragoso (8 de maio a 11 de junho de 1970)

- 2.2.2.4-V Seminário Nacional de Direito Comparado, realizado na cidade do Rio de Janeiro com o patrocínio da Embaixada dos Estados Unidos da América (23 a 30 de maio de 1971)
- 2.2.2.5-Ciclo de Conferências sobre o Novo Código de Processo Civil Brasileiro, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e prelecionado pelos professores Galeno Lacerda, Ivan Ordine Righi, Ary Florêncio Guimarães, E. D. Moniz de Aragão e Celso Agrícola Barbi (5 de maio a 8 de junho de 1971)
- 2.2.2.6-Semana de Estudos Jurídicos do Ministério Público, promovida pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná; foram conferencistas os professores Alcides Munhoz Netto, Renê Ariel Dotti, Eros Nascimento Gradowski, Athos Moraes de Castro Vellozo e Heleno Cláudio Fragoso (5 a 9 de julho de 1971)
- 2.2.2.7-Curso-Treinamento sobre Dinâmica de Grupo, patrocinado pelo Instituto dos Advogados do Paraná e orientado pela professora Cristina Welz Schrocter (1972).

3. CONCURSOS PÚBLICOS

- 3.1 - Concurso para provimento de cargos de Procurador da República de 3.^a Categoria (1974); aprovado em 4.^o lugar
- 3.2 - Exame de suficiência para Auxiliar de Ensino de Direito Civil, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (28 e 30 de maio de 1974); aprovado com média 8,3
- 3.3 - Exame de seleção para ingresso no Curso de Mestrado em Direito Público, do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná (1984).

4. NO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- 4.1 – Procurador-Geral da República nomeado pelo decreto de 29 junho de 2005, do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, tomando posse no cargo em 30 de junho de 2005, para um mandato de dois anos.
- 4.2.-. Subprocurador-Geral da República, promovido por merecimento em 21 de março de 1988.
- 4.3 - Eleito, pelo Colégio de Procuradores da República, para integrar as listas sêxtuplas encaminhadas ao Superior Tribunal de Justiça para provimento de vaga de Ministro, destinada a membro do Ministério Público, respectivamente em 1996, 1998 e 2001, e escolhido, nas três oportunidades, pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça para compor as listas tríplices enviadas ao Presidente da República para nomeação
- 4.4 - Eleito pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal membro titular da 1.^a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - matéria constitucional e infraconstitucional (1996/1998 e 2004/2005) e da 4.^a Câmara de Coordenação e Revisão - do meio ambiente e do patrimônio cultural (1998/2000, 2000/2002 e 2002/2004)
- 4.5 - Membro, como jurista, da Comissão Examinadora do 14.^o (1995) e do 15.^o (1996) concursos públicos para provimento de cargos de Procurador da República e, como Subprocurador-Geral da República, da Comissão Examinadora do 16.^o, 17.^o, 18.^o, 20.^o e 21.^o (em andamento) concursos públicos.
- 4.6 - Designado pelo Procurador-Geral da República para atuar perante o Superior Tribunal de Justiça, desde agosto de 1995 até 2003.
- 4.7 – Designado pelo Procurador-Geral da República para o cargo de Vice-Procurador-Geral da República em junho de 2003.
- 4.8 - Eleito pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal membro titular da 3.^a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal — matéria eleitoral — e designado seu Coordenador pelo Procurador-Geral da República (1994/1996)

- 4.9 - Vice-Procurador Geral Eleitoral, atuando perante o Tribunal Superior Eleitoral de março de 1994 até junho de 1995
- 4.10 - Membro do Conselho Superior do Ministério Público Federal, eleito pelos Subprocuradores-Gerais da República (1993/1994), pelo Colégio de Procuradores (1994/1996, 1997/1999 e 1999/2001) e atualmente (2003/2005) como Vice-Procurador-Geral da República.
- 4.11 - Designado pelo Procurador-Geral da República para atuar perante o Superior Tribunal de Justiça, com assento na 2.^a Turma (julho de 1989 a fevereiro de 1992) e perante o Supremo Tribunal Federal, com assento na 1.^a Turma (fevereiro de 1992 a março de 1994)
- 4.12- Procurador da República-Chefe no Estado do Paraná (novembro de 1985 a fevereiro de 1989)
- 4.13- Procurador Regional Eleitoral Substituto no Estado do Paraná (março de 1982 a julho de 1983)
- 4.14- Representante do Ministério Público Federal no Conselho Penitenciário do Estado do Paraná em vários períodos.

5. NO MAGISTÉRIO SUPERIOR

- 5.1 - Professor contratado da Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis da Universidade Católica do Paraná, onde lecionou a disciplina de Direito Público e Privado (até março de 1974)
- 5.2 - Professor contratado da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Paraná, onde lecionou a disciplina de Estágio (até dezembro de 1975)
- 5.3 - Professor contratado do Centro Educacional Unificado de Brasília—CEUB, onde lecionou a disciplina de Direito Civil.

6. OUTRAS ATIVIDADES

- 6.1 - Membro efetivo do Instituto dos Advogados do Paraná desde 1972
- 6.2 - Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República—ANPR (gestão 1985/1987)
- 6.3 - Diretor da Associação Nacional dos Procuradores da República—ANPR (gestão 1987/1989)
- 6.4 - Representante do Ministério Público Federal nas Comissões Supervisoras das provas escritas de diversos concursos públicos para provimento de cargos de Juiz Federal
- 6.5 - Membro da Banca Examinadora do teste seletivo para provimento de cargos de Assistente Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (1980)
- 6.6 - Exercício da advocacia privada (1972/1985).

7. PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS E CICLOS DE ESTUDOS JURÍDICOS

- 7.1 - III Encontro Nacional dos Procuradores da República—"Encontro Pedro Jorge de Melo e Silva", realizado em Camboriú, SC (27 a 31 de outubro de 1982), como expositor do trabalho *O Ministério Público e a Tutela Jurisdicional dos Interesses Coletivos*, premiado e classificado em 1.^o lugar
- 7.2 - VIII Congresso Interamericano do Ministério Público, realizado em Mar del Plata, República Argentina (21 a 26 de novembro de 1983), quando representou a Associação Nacional dos Procuradores da República—ANPR como autor do trabalho *A Legitimação do Ministério Público nas Ações Cíveis Coletivas*, defendido e aprovado em plenário
- 7.3 - 1.^o Ciclo de Estudos Jurídicos promovido pela Seção Judiciária Federal do Paraná, realizado em Curitiba (novembro de 1984), como expositor do tema *Tutela Jurisdicional dos Interesses Coletivos*

- 7.4 - Encontro Nacional SE–SPHAN-MINISTÉRIO PÚBLICO: "Um Ano de Ação Civil Pública", realizado em Brasília (10 e 11 de dezembro de 1986), como expositor
- 7.5 - 2.º Simpósio Latino-Americano do Ombudsman, realizado em Curitiba (9 a 12 de agosto de 1987), como membro de Comissão Técnica
- 7.6 - 3.ª Semana de Atualização em Processo Civil e 1.º Congresso Brasileiro de Direito Processual Civil de Curitiba, promovido pela Universidade Federal do Paraná (18 a 20 de novembro de 1991)
- 7.7 - Ciclo de Palestras de Processo Civil, promovido pela Faculdade de Direito do Centro de Ensino Unificados de Brasília—CEUB (6 a 8 de outubro de 1992), como expositor do tema *Ação Civil Pública*
- 7.8 - V Ciclo de Palestras—Direito Eleitoral, promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás (1.º e 2 de agosto de 1994), como expositor do tema *O Ministério Público e Sua Função Fiscalizadora*
- 7.9 - 1.º Encontro Brasileiro da Justiça Eleitoral, realizado em Blumenau, SC (11 a 13 de agosto de 1994).
- 7.10 -3ª Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, realizado em São Paulo, SP (1 a 3 de junho de 1998).
- 7.11 -1º Encontro de Direito Ambiental da Magistratura Federal e do Ministério Público Federal, realizado em Cuiabá, MT (26 28 de abril de 2000)
- 7.12 -4ª Congresso Internacional de Direito Ambiental, realizado em São Paulo, SP (4 a 7 de junho de 2000).
- 7.13 -Seminário "15 Anos de Ação Civil Pública - Polêmicas e Controvérsias - Evolução e Tendências Jurisprudenciais", realizado em São Paulo, SP (13, 14, 20 e 21 de junho de 2000).
- 7.14 -Seminário Internacional: O Direito Ambiental e os Rejeitos Radioativos, realizado no Rio de Janeiro, RJ (5 e 6 de outubro de 2000).
- 7.15 -1º Encontro do Ministério Público da União, realizado em Brasília, DF (9 a 11 de outubro de 2000).
- 7.16 -II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, realizado em Campo Grande, MS (5 a 9 de novembro de 2000), como palestrante do Seminário Unidades de Conservação e o Direito, no Painel "O Parque Nacional do Iguaçu e a Estrada do Colono: Desafios ao Estado de Direito ou quais as lições aprendidas", com o tema Histórico das Ações Legais.
- 7.17 -1ª Congresso Brasileiro de Administração da Justiça, realizado em Brasília, DF (6 a 9 de dezembro de 2000), como expositor do tema A Visão do Ministério Público no Painel "Aprimoramento do Judiciário, Visão e Propostas".
- 7.18 – III Seminário de Direito Ambiental Imobiliário e I Conferência Internacional de Direito Ambiental Imobiliário, realizados em São Paulo nos dias 8 e 9 de março de 2001, como debatedor no Painel "Papel do Poder Judiciário na Tutela do Patrimônio Ambiental Imobiliário"
- 7.19 – I Encontro Regional Sul – O Ministério Público na Defesa do Meio Ambiente, realizado em Florianópolis de 19 a 21 de junho de 2001.
- 7.20 – I Encontro Nacional do Ministério Público Federal da Escola Superior do Ministério Público, realizado de 26 a 28 de setembro de 2001, como expositor no Painel Cível do tema "Perspectivas de atuação do MPF como *custus legis*".
- 7.21 – Seminário: O Judiciário e a Regulação dos Mercados, realizado nos dias 3 e 4 abril de 2003, pelo Conselho da Justiça Federal, como Presidente de Mesa no Painel "A Equação Econômico-Financeira da Concessão de Serviço Público e o Momento de sua Formação.

- 7.22 – Seminário "A (RE) Constituição do Brasil – 15 Anos Depois, promovido pelo Núcleo Estadual da Escola Superior do Ministério Público da União, no dia 10 de novembro de 2003, em Belo Horizonte (MG), com a palestra "O Ministério Público como garante dos valores constitucionais".
- 7.23 – 4º Congresso Brasileiro de Administração da Justiça, realizado em Brasília, DF, no período de 3 a 5 de março de 2004, como Presidente de Mesa no Painel "O Centro de Estudos Judiciários de Portugal.
- 7.24 – Seminário "Constituição e Mudança Social", realização da Procuradoria da República em Minas Gerais e da Escola Superior do Ministério Público da União, no dia 22 de outubro de 2004, em Belo Horizonte (MG), com a palestra "Por qual Ministério Público do Sinos Dobram".
- 7.25 – Seminário "Dez Anos de Combate ao Poder Econômico", de 2 a 4 de março de 2005, em São Paulo (SP), com manifestação na solenidade de abertura.

8. DISTINÇÕES

- 8.1 - Prêmio "Professor Ernani Guarita Cartaxo", conferido pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná ao aluno com mais alta frequência no Curso Jurídico (1.º de março de 1972)
- 8.2 - Prêmio "Professor Enéas Marques dos Santos", conferido pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná ao aluno com maior média em Direito Judiciário Civil e Direito Judiciário Penal (1.º de março de 1972).
- 8.3 - Condecoração de Alta Distinção da Ordem do Mérito do Ministério Público, em 07/08/2003.
- 8.4 - Condecoração no grau Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar (STM), em 31/03/2006.
- 8.5 - Condecoração no grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico, Decreto de 20/09/2006, do Presidente da República.
- 8.6 - Condecoração no grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar, Decreto de 19/04/2007, do Presidente da República.
- 8.7 - Condecoração no grau de Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, Decreto de 24/04/2007, do Presidente da República.

9. TRABALHOS JURÍDICOS

- 9.1 - Diversos trabalhos forenses como membro do Ministério Público Federal, estes consistentes em inúmeras manifestações perante a Justiça Federal de 1ª Instância no Estado do Paraná e mais de 4.000 (quatro mil) pareceres perante o Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal de Justiça.
- 9.2 - *O Ministério Público e a Tutela Jurisdicional dos Interesses Coletivos* – revista Paraná Judiciário, n.º 5, p. 47/52; Revista de Processo, n.º 32, p. 274/279
- 9.3 - *A Legitimação do Ministério Público nas Ações Cíveis Coletivas* – Revista da Associação dos Magistrados do Paraná, n.º 35, p. 139/155.
- 9.4 - "O Ministério Público como Garante dos Valores Constitucionais, in Quinze Anos de Constituição, sob a Coordenação de José Adércio Leite Sampaio, Editora Del Rey.
- 9.5 – "Contribuição Previdenciária dos Inativos e Pensionistas, parecer na Adin nº 3105, in Boletim de Direito Administrativo nº 03, de março de 2005, páginas 324 a 332, Editora NDJ.

Aviso nº 539 – C. Civil.

Brasília, 21 de junho de 2007.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa nome do Senhor Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Esse ato do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, na recondução do grande jurista para Procurador-Geral, recebe a homenagem pessoal nossa, seu adversário, mas que reconhece esse como um dos melhores acertos e uma contribuição à Justiça deste País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu me somo à fala de V. Ex^a, Sr. Presidente, com relação à brilhante recondução.

Sr. Presidente, encaminho à Mesa um requerimento, nos termos do art. 222 do Regimento Interno da Casa, solicitando um voto de aplauso ao Município de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, pela festa dos seus 68 anos de vida. O Município de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, completa 68 anos na próxima quarta-feira, dia 27 de junho.

Gostaria aqui de lembrar, Sr. Presidente, que a minha vida política estudantil foi em Caxias, cidade da qual falei hoje, mas a minha caminhada sindical e depois partidária foi em Canoas.

Registro também que o atual Prefeito é Marcos Antônio Ronchetti, do PSDB, que está no segundo mandato consecutivo.

Lembro ainda que Canoas, além de ser sinônimo de economia forte e de povo trabalhador, possui o segundo PIB do Estado. A cidade é sede de grandes empresas nacionais e multinacionais como a refinaria Alberto Pasqualini, Springer Carrier, a AGCO do Brasil, entre outras, e lembro aqui também do grupo Tramontina. Até sou funcionário da empresa Forja Sul, do grupo Tramontina, naquela cidade.

Quero também lembrar que, além de ser muito forte no ramo de gás, metal-mecânico e elétrico, a cidade tem a maior rede de ensino do Estado, com inúmeras escolas públicas, com três universidades.

Sr. Presidente, era isso que queria dizer, pedindo a V. Ex^a, se possível, encaminhar esse voto de aplauso a nossa querida Canoas, na data em que completa 68 anos de vida.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 743 DE 2007

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno da Casa, Requeiro voto de aplauso ao município de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, em comemoração, ao seu 68º aniversário.

O município de Canoas, na região Metropolitana de Porto Alegre, completa 68 anos na próxima quarta-feira, dia 27 de junho do corrente ano. O atual prefeito é Marcos Antônio Ronchetti que está no segundo mandato consecutivo.

Além de ser sinônimo de economia forte e de povo trabalhador, Canoas possui o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho. A cidade é sede de grandes empresas nacionais e multinacionais, como a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), Springer Carrier, AGCO do Brasil, Forjasul, Grupo Tramontina, entre outras.

Além de nomes fortes nos ramos de gás, metal-mecânico e elétrico. Ademais, a cidade tem a segunda maior rede de ensino do Estado. São escolas públicas, particulares e três universidades.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2007. – Senador **Paulo Paim**

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Antes de conceder a palavra ao nobre Senador Mão Santa, eu gostaria de comunicar a V. Ex^a, nobre Senador Paulo Paim, que a solicitação feita será atendida e que desejo associar-me à manifestação que fez com referência à passagem do sexagésimo oitavo aniversário da cidade de Canoas, uma das grandes cidades do seu progressista Estado, o Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Marco Maciel, hoje o mundo é muito dinâmico. Acabei de receber, depois do pronunciamento que fiz, *e-mail* do Piauí – hoje é assim, é muito rápido, fala-se aqui e já vai...

Então, nos advertiu um artigo muito interessante, que saiu publicado no nosso grande jornal *Correio Braziliense*, que disse que o Brasil, antes desse drama que está vivendo, tinha 400 obras federais inacabadas, detectadas pelo Tribunal de Contas da União. Antes dessa Operação Navalha. Quer dizer, aumentou.

Esse artigo é interessante, porque interessa a V. Ex^a, que é do Nordeste. De 27 obras hídricas paralisadas, no Brasil, seis são do Piauí. Seis! No Piauí, que tem Governador, seis. Uma delas é um tabuleiro litorâneo, na minha cidade de Parnaíba, iniciada pelo Presidente Sarney. Está parada. Então, as obras estão emperradas na burocracia ou na suspeita de fraudes pelo Tribunal de Contas da União. É uma vergonha! Seis obras hídricas no Piauí, paradas, por suspeita de fraude pelo Tribunal de Contas da União!

Na sua maioria são obras que rastejam por muitos governos, quase tão antigas quanto o problema da seca no Estado. Os empreendimentos do Governo no Piauí que constam no levantamento do periódico são a primeira e a segunda etapa do Período de Irrigação dos Tabuleiros Litorâneos, o Sistema Adutor do Sudeste Piauiense.

É uma água que vem de Pernambuco para o Piauí, parada por corrupção. Só no superfaturamento dos canos foram quase quatro milhões. Então, a Barragem Rangel, a Barragem do Piaus e a Barragem de Castelo.

O Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos foi iniciado no ano de 1987. Está localizado nos Municípios de Buriti dos Lopes e Parnaíba. Estruturado, pelo Dnocs e vinculado ao Ministério da Integração Nacional, o Tabuleiros Litorâneos é gerido pelos próprios irrigantes, com o apoio do Programa de Transferência de Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação. Segundo o Governo do Estado, o projeto está cultivando frutas orgânicas para exportação. A primeira etapa da obra foi orçada em R\$55,2 milhões. A segunda etapa iniciou no ano de 2002 e tem orçamento de R\$146,9 milhões. Atualmente, a responsável pela obra é a Construtora Odebrecht-Queiroz, mas está parada.

O Sistema Adutor do Sudeste Piauiense, cuja água vem lá de Pernambuco, sob a responsabilidade da Construtora Jurema, foi iniciado em 1999 e tem custo projetado de R\$29,8 milhões. A obra foi pensa-

da para atender a dez Municípios com abastecimento d'água, como os Municípios de Marcolândia, Francisco Macedo, Belém do Piauí, Campo Grande do Piauí, Alegrete, Vila Nova do Piauí, Jaicós, Padre Marcos e a outros da região.

Está parada também por indícios de corrupção, segundo o Tribunal de Contas da União.

A Barragem Rangel, localizada no Município de Redenção do Gurguéia, região sul do Piauí, foi iniciada em 1999 e vai custar R\$144 milhões. A barragem deveria servir ao abastecimento humano e irrigação. O Governo do Estado propagou o uso da barragem para a piscicultura e o lazer na região.

O Projeto da Barragem dos Piaus está localizado na divisa dos Municípios de São Julião e Pio IX. O contrato para início da obra foi assinado em 2002, no valor de R\$12,9 milhões. A construtora responsável é a Getel. A barragem deveria beneficiar o abastecimento humano das cidades de Pio IX, Fronteiras, São Julião, Vila Nova, Campo Grande, Alagoinha, no Piauí, e Campos Sales, no Ceará.

A última obra citada no Estado do Piauí é a Barragem de Castelo; orçada em R\$102 milhões, a obra foi iniciada há 19 anos. A responsável pela construção é a Construtora Andrade Gutierrez. São obras inacabadas.

Senador Presidente Marco Maciel, o povo de Luís Corrêa acreditou na Estrada de Ferro Central do Piauí – Teresina, Piripiri, Parnaíba e Luís Corrêa. O Presidente da República foi na eleição e conquistou Alberto Silva, idealista, engenheiro ferroviário, que fazia todos os piauienses acreditarem que veriam os trens voltarem, o apito do trem. Não trocaram um dormente. Usaram dos aeroportos internacionais. Uma ponte no rio Poti seria a ponte do sesquicentenário – 150 anos de Teresina. Teresina vai fazer 157 anos, e não terminam a ponte. No mesmo rio, fiz uma ponte, no meu Governo, em 87 dias; Heráclito fez uma no mesmo rio, em 100 dias. E este Governo nada...

Esse é o resultado. O Governo tem, por meio de PPP, de PAC, muita propaganda, mas o Piauí é hoje um cemitério de obras inacabadas, acrescentando-se ainda aquela obra iniciada por Juscelino Kubitschek, que sonhou unir Fortaleza a Brasília, passando pelo sul do Piauí, a BR-020, que tinha sido dada para a Gautama e, nessa “navalhagem”, o Tribunal de Contas mandou parar, o que foi uma luz para todos.

Esta é a denúncia dos piauienses, e um pedido a Sua Excelência, o Presidente da República. Está escrito no livro de Deus “pedi e dar-se-vos-á”. Então, aquele

povo que elegeu o Presidente da República, e até o Governador do PT, viemos apelar para que continuem algumas dessas obras que param o Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Encerrada a manifestação do Senador Mão Santa do Piauí, concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao nobre Senador José Agripino, Líder dos Democratas no Senado Federal.

V. Ex^a tem a palavra por 20 minutos, e o que necessário for, para o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Presidente Marco Maciel, a minha palavra será muito breve. Quero manifestar uma opinião muito pessoal; posição, Senador Mão Santa, de coerência, coerente com as posições que eu venho tomando em relação à matéria que vou abordar, desde o seu nascedouro. Quero me referir às denúncias que envolvem o nosso Presidente Renan Calheiros.

O PSOL, Partido com assento nesta Casa, apresentou representação que se encontra tramitando no Conselho de Ética. O Conselho se reuniu já por diversas vezes para discutir o caso e apreciar fatos, circunstâncias e provas.

O que é fato, Presidente Marco Maciel, é que esse assunto, que vem desgastando, em muito, a imagem do Presidente Renan, uma figura querida por todos nós, mais do que a imagem de Renan está desgastando a imagem do Senado. Estamos individualmente todos em jogo. É claro que a sociedade deseja explicações calcadas em provas convincentes para absorver ou para condenar, fato que não aconteceu até agora.

O fato, Presidente Marco Maciel, é que o curso do processo que todos queremos ver concluído o mais breve possível, com absolvição ou com condenação, está hoje interrompido pela falta do elemento principal, que é o relator.

O primeiro Relator, Senador Eptácio Cafeteira, apresentou seu relatório, que foi lido e está em discussão, renunciou por questões de saúde. O segundo Relator, Senador Wellington Salgado, assumiu a relatoria e permaneceu na função por menos de 24 horas. É certo que o Senado, que precisa concluir esse assunto o mais breve possível, está travado pela falta de um relator.

Nesse momento, Senador Mozarildo Cavalcanti, fala ao Brasil pelo Senado o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. As reuniões plenárias da semana passada foram pouco substantivas, pouco se produziu.

O Senado está voltado para a causa Renan. Essa é a verdade. Um caso doloroso que nos obrigará a cortar as próprias carnes, se tivermos de julgar pela condenação, mas teremos de fazê-lo.

Com efeito, esse processo doloroso não pode demorar mais do que o seu limite. Neste momento, estamos travados pela ausência de um relator. Segundo o Regimento, a tradição, os hábitos, o relator é figura designada pelo Presidente do Conselho. No Conselho de Ética, há um Presidente eleito que, no caso, é o Senador Sibá Machado, que tem a obrigação de designar um relator. Espero que S. Ex^a designe um relator novo até amanhã, o que precisará fazer. Se S. Ex^a não o fizer, Presidente Marco Maciel, tomarei a iniciativa de pedir uma reunião com os companheiros Líderes da Casa, aqueles que fazem a opinião no Senado, para obrigar a uma tomada de posição, para obrigar a que se escolha e se designe um relator. Alguém precisa se manifestar. Não se pode esperar que chegue o recesso em 15 de julho, e os fatos se esmaeçam por si sós. Esse é o pior dos mundos para a Instituição a qual V. Ex^a pertence, a qual eu pertenço, a qual todos nós pertencemos, que é o Senado da República, que não pode pagar, na sua imagem, por uma circunstância, pelo julgamento do caso do nosso Presidente Renan Calheiros.

O Presidente Sibá Machado precisa, até amanhã, designar um relator. Há um relatório que recomenda o arquivamento, contra o qual, neste momento, até posso ter uma posição, mas que não é definitiva, porque a minha posição carece ainda de provas, de conclusões.

O relatório recomenda o arquivamento e foi feito por um Senador da base do Governo, na qual há Senadores que já admitem ser indicados ou até alguns que pedem a indicação. O Senador Eduardo Suplicy, do PT, pediu a indicação. Não é por falta de disposição de Senadores que não se encontrará um relator. É o relator que, em conjunto com o presidente e os membros, dará seguimento às reuniões do Conselho para que este possa cumprir o que é a sua obrigação: decidir.

Os peritos que fizeram, num primeiro momento, a apreciação das provas esbarraram em instâncias e alçadas. Sugeriu-se uma reunião da comissão ou de um grupo da comissão com os peritos para verem o que é preciso fazer em razão das limitações de investigação. Parece-me que se chegou, no momento, a uma posição: as notas fiscais não são falsas, mas quem assegura que elas não são frias? Nem sempre uma nota fiscal

é legítima e não é fria. Eu não estou afirmando nada, mas tenho o direito, assim como o Brasil, de saber se aquelas operações foram feitas realmente, se são virtuais ou se foram reais e se o dinheiro decorrente delas foi para alguma conta. É isso que o Conselho precisa saber e que o Brasil reclama.

O Senador Renan Calheiros tem todo o direito de oferecer, a cada momento, mais provas, mais elementos para justificar aquilo que é o seu desejo, e que eu gostaria que acontecesse, que é a sua absolvição.

Mas se a consistência das provas não for suficiente, o Senado e o Conselho de Ética vão ter de dar o veredicto. Seja ele qual for, vão ter que dar o veredicto, e para isso é preciso a designação do relator. O Presidente Sibá Machado precisa designar até amanhã o relator.

E, Presidente Marco Maciel, me permita dar uma opinião que é pessoal. Sugere-se uma trinca de relatores. Trinca composta por quem? Se é por três da base do Governo que pensem igual, não há necessidade de três. Se é de três de partidos diferentes, dificilmente se encontrará um consenso.

E se forem três, alguém vai ter que assinar o relatório: não são os três, é um só. E quem – um só – vai assinar se houver dissenso em matéria de opinião?

Para que insistir numa tese que já nasce morta na sua conclusão? Não tem sentido, não tem fundamento, não tem razão de ser a idéia de três relatores. É preciso enfrentar a questão com a decisão que o momento nos impõe.

O Senado está num momento difícil? É claro que está num momento difícil. Agora, é preciso enfrentá-lo. E tudo começa pela designação do relator, para que antes do dia 15 de julho esse assunto esteja definido e votado.

Nós não podemos prolongar o calvário de ninguém. Nem do Presidente Renan, nem do Senado da República, nem podemos nos expor ao açoite da opinião pública.

E, para que isso aconteça, urge que se designe um relator. E volto a dizer: espero que o Senador Sibá Machado já esteja com elementos consistentes na mão para escolher um relator à altura da tarefa, a fim de que possamos retomar os trabalhos e, antes do recesso, termos essa questão absolutamente definida.

E desde já quero dizer que, se isso não acontecer até amanhã, tomarei a iniciativa de convocar ou convidar os Líderes dos Partidos, do PMDB, do PSDB, do PP, do PT, do PSB, de todos os Partidos com assento na Casa, para uma reunião, a fim de que possamos

fazer aquilo que é de nossa obrigação e que o Brasil espera: a conclusão do processo do Senador Renan Calheiros, nosso digno Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2005**, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 10.840, de 11 de fevereiro de 2004, que “cria o Programa Especial de Habitação Popular – PEHP, e dá outras providências”;

– **Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2006**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera os arts. 4º, 9º, 11 e 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com vistas a garantir atendimento médico e odontológico ao educando no ensino fundamental público, dispor sobre a incumbência da União na avaliação do ensino, prever a avaliação das escolas no âmbito municipal e assegurar licença periódica de capacitação para os profissionais da educação.

– **Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2007**, de autoria do Senador do Senador Valter Pereira, que denomina “Rodovia Ramez Tebet” o trecho da rodovia BR – 158 situado entre as cidades de Três Lagoas e de Cassilândia, no Estado de Mato Grosso do Sul;

– **Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2007**, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre o acesso a redes digitais de informação em estabelecimentos de ensino; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2007**, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para conferir prioridade de tramitação a processos de indenização em que se discutam danos ao cidadão, nas condições em que especifica.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005**, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências; e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2007** (nº 5.472/2005, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, regulando o uso de películas de proteção contra raios solares, e dá outras providências.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– A Presidência recebeu manifestações sobre a **Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003**, das seguintes entidades:

– **Ofício nº 1.052/2007**, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando Ofício da Assembléia Legislativa de Rondônia; e

– **Ofício nº 221/2007**, do Presidente da Câmara Municipal de Sertãozinho.

Os expedientes serão juntados ao processado da referida matéria, que aguarda inclusão em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Nº 795/2007, de 6 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.088, de 2007, proferido nos autos do processo TC002.365/2004-3, com novas providências referentes ao Requerimento nº 253, de 1997, do Senador Pedro Simon; e

– Nº 970/2007, de 13 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.069, de 2007, proferido nos autos do processo TC004.670/2007-3, referente ao Requerimento nº 604, de 2006, do Senador Antonio Carlos Magalhães.

AVISO DO PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

– Nº 53/2007, de 6 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 414, de 2007, do Senador Adelmir Santana.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 10:00 horas, destinada a comemorar o quadragésimo aniversário de criação da Suframa, de acordo com o **Requerimento nº 635, de 2007**, do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores.

Lembra, ainda, que, de acordo com o art. 200 do Regimento Interno e conforme comunicação feita na sessão de 3 de agosto de 2005, usarão da palavra os Líderes ou quem Suas Excelências indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Sobre a mesa, projetos de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI Nº 10, DE 2007 – CN

MENSAGEM Nº 76, DE 2007 – CN

(Nº 371/2007, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$24.824,00, para o fim que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$24.824,00 (vinte e quatro mil, oitocentos e vinte e quatro reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26265 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO MARANHAO

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS									24.824
			OPERACOES ESPECIAIS						
28 846	0901 0005	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS							24.824
28 846	0901 0005 0021	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NO ESTADO DO MARANHAO							24.824
			F	1	1	90	0	100	24.824
TOTAL - FISCAL									24.824
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.824

ORGAO : 54000 - MINISTERIO DO TURISMO
 UNIDADE : 54201 - EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS									24.824
			OPERACOES ESPECIAIS						
28 846	0901 0005	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS							24.824
28 846	0901 0005 0001	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL							24.824
			F	1	1	90	0	100	24.824
TOTAL - FISCAL									24.824
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.824

MENSAGEM Nº 371

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$24.824,00, para o fim que especifica”.

Brasília, 15 de junho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 109/2007-MP

Brasília, 4 de junho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) crédito especial no valor de R\$24.824,00 (vinte e quatro mil, oitocentos e vinte e quatro reais), em favor do Ministério da Educação, conforme demonstrado a seguir, com vistas à inclusão de categoria de programação na Lei Orçamentária de 2007 – LOA-2007:

R\$ 1,00

Órgão	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Educação	24.824	
Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão	24.824	
Ministério do Turismo		24.824
EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo		24.824
Total	24.824	24.824

2. Segundo o Tribunal Superior do Trabalho – TST, o presente crédito permitirá à União quitar o compromisso oriundo da obrigação de pagamento de atualização monetária, relativa ao Precatório nº 90.061/1997, devido pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão do Ministério da Educação. Ressalta-se

que o citado Precatório foi pago no exercício de 2002, pelo seu valor histórico, em desacordo com o disposto no art. 100, § 1º, da Constituição, o qual determina que o valor do precatório deve ser atualizado monetariamente até a data do efetivo pagamento.

3. A presente proposição decorre de solicitação formalizada pelo TST e viabilizar-se-á à conta de anulação parcial de dotação orçamentária, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.

4. O remanejamento de dotações ora proposto não trará, segundo o TST, prejuízo à execução da programação objeto de cancelamento, uma vez que foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

5. Esclareça-se, a propósito do que determina o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 – LDO-2007, que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se refere a remanejamento entre despesas primárias para priorização da nova programação.

6. Cabe destacar, finalmente, que o crédito ora proposto não implica em alteração do Plano Plurianual 2004 – 2007, uma vez que as ações envolvidas não o integram nos termos do art. 62, incisos I e II, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004.

7. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa à abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, **Paulo Bernardo Silva**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

Vide texto compilado
Mensagem de Veto

Art. 6º (VETADO)

~~Art. 6º-A. Ficam dispensadas de discriminação no Plano Plurianual as ações cuja execução restrinja-se a um único exercício financeiro. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

~~Art. 7º Somente poderão ser contratadas operações de crédito externo para o financiamento de ações integrantes desta Lei.~~

~~§ 1º As operações de crédito externo que tenham como objeto o financiamento de projetos terão como limite contratual o valor total estimado desses projetos.~~

~~§ 2º Os desembolsos das operações de crédito externo limitar-se-ão, no período de vigência do Plano Plurianual, aos valores financeiros previstos para as ações nesta Lei.~~

~~§ 2º Os desembolsos decorrentes das operações de crédito externo de que trata o caput limitar-se-ão, no período de vigência do Plano Plurianual, aos valores financeiros previstos para as ações constantes deste Plano. (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

~~Art. 6º Ficam dispensadas de discriminação no Plano: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)~~

~~I - as ações orçamentárias cuja execução restrinja-se a um único exercício financeiro; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)~~

~~I - as ações orçamentárias cuja execução restrinja-se a um único exercício financeiro, observado o disposto no § 1º; (Redação dada pela Lei nº 11.450, de 2007)~~

~~II - as atividades e as operações especiais cujo valor total para o período do Plano seja inferior a cinquenta vezes o limite estabelecido no art. 23, I, "c", da Lei nº 8.666, de 1993. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)~~

PROJETO DE LEI Nº 11, DE 2007 – CN**MENSAGEM Nº 77, DE 2007 – CN
(Nº 386/2007, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$50.000,00, para o fim que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor

do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30907 - FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL

ANEXO I CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0661 APRIMORAMENTO DA EXECUCAO PENAL									50.000
ATIVIDADES									
06 183	0661 2720	OPERACOES DE CARATER SIGILOSO							50.000
06 183	0661 2720 0001	OPERACOES DE CARATER SIGILOSO - NACIONAL							50.000
		OPERACAO REALIZADA (UNIDADE) 5	F	3	2	90	0	150	50.000
TOTAL - FISCAL									50.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30907 - FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL

ANEXO II CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0661 APRIMORAMENTO DA EXECUCAO PENAL									50.000
ATIVIDADES									
14 421	0661 2316	SERVICO PENITENCIARIO FEDERAL							50.000
14 421	0661 2316 0001	SERVICO PENITENCIARIO FEDERAL - NACIONAL							50.000
			F	3	2	90	0	150	50.000
TOTAL - FISCAL									50.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000

MENSAGEM Nº 386

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$50.000,00, para o fim que especifica”.

Brasília, 18 de junho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 112/2007–MP

Brasília, 5 de junho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) crédito especial no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), em favor do Ministério da Justiça.

2. A proposição tem por objetivo a inclusão de categoria de programação específica na Lei Orçamentária de 2007 – LOA-2007, no âmbito do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, para permitir a realização de iniciativas e operações ligadas às atividades de inteligência, com vistas ao mapeamento, à identificação e à desarticulação de ações que representem risco à segurança do Sistema Penitenciário Federal.

3. Ressalto que o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN é órgão integrante do Sistema Brasileiro de Inteligência, conforme disposto no art. 4º, inciso IV, do Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, alterado pelo Decreto nº 5.525, de 25 de agosto de 2005.

4. A presente proposição decorre de solicitação formalizada pelo órgão e viabilizar-se-á com recursos

oriundos de anulação parcial de dotação orçamentária, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

5. Segundo informação do Ministério da Justiça, o remanejamento ora proposto não trará prejuízo à execução da programação objeto de cancelamento, uma vez que foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

6. Esclareço, a propósito do que determina o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 – LDO-2007, que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se refere a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da nova programação. Além disso, o § 4º do art. 1º do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

7. Cabe destacar, finalmente, que a programação contemplada no crédito em questão não implica alteração do Plano Plurianual 2004 – 2007, uma vez que o valor total da ação para o período do Plano é inferior a cinquenta vezes o limite estabelecido no art. 23, inciso I, alínea c, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme dispõe o art. 6º, inciso II, da citada Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004.

8. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa à abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, **Paulo Bernardo Silva**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004.

Vide texto compilado
Mensagem de Veto

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

Art. 6º (VETADO)

~~Art. 6º-A. Ficam dispensadas de discriminação no Plano Plurianual as ações cuja execução restrinja-se a um único exercício financeiro. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

~~Art. 7º Somente poderão ser contratadas operações de crédito externo para o financiamento de ações integrantes desta Lei.~~

~~§ 1º As operações de crédito externo que tenham como objeto o financiamento de projetos terão como limite contratual o valor total estimado desses projetos.~~

~~§ 2º Os desembolsos das operações de crédito externo limitar-se-ão, no período de vigência do Plano Plurianual, aos valores financeiros previstos para as ações nesta Lei.~~

~~§ 2º Os desembolsos decorrentes das operações de crédito externo de que trata o caput limitar-se-ão, no período de vigência do Plano Plurianual, aos valores financeiros previstos para as ações constantes deste Plano. (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

~~Art. 6º Ficam dispensadas de discriminação no Plano: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)~~

~~I - as ações orçamentárias cuja execução restrinja-se a um único exercício financeiro; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)~~

~~I - as ações orçamentárias cuja execução restrinja-se a um único exercício financeiro, observado o disposto no § 1º; (Redação dada pela Lei nº 11.450, de 2007)~~

II - as atividades e as operações especiais cujo valor total para o período do Plano seja inferior a cinquenta vezes o limite estabelecido no art. 23, I, "c", da Lei nº 8.666, de 1993. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Texto compilado Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

- ~~I - para obras e serviços de engenharia:

 - a) convite - até Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros);
 - b) tomada de preços - até Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros);
 - c) concorrência - acima de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros);~~
- ~~II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

 - a) convite - até Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros);
 - b) tomada de preços - até Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros);
 - c) concorrência - acima de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros).~~
- I - para obras e serviços de engenharia: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

c) concorrência - acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

DECRETO Nº 4.376, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002.

Vide texto compilado Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências.

Art. 4º O Sistema Brasileiro de Inteligência é composto pelos seguintes órgãos: (Redação dada pelo Decreto nº 4.872, de 6.11.2003)

I - Casa Civil da Presidência da República, por meio do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM; (Redação dada pelo Decreto nº 4.872, de 6.11.2003)

II - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, órgão de coordenação das atividades de inteligência federal; (Redação dada pelo Decreto nº 4.872, de 6.11.2003)

III - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, como órgão central do Sistema; (Redação dada pelo Decreto nº 4.872, de 6.11.2003)

~~IV - Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da Diretoria de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; (Redação dada pelo Decreto nº 4.872, de 6.11.2003)~~

IV - Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da Diretoria de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, do Departamento Penitenciário Nacional e do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, da Secretaria Nacional de Justiça; (Redação dada pelo Decreto nº 5.525, de 2005)

~~V - Ministério da Defesa, por meio do Departamento de Inteligência Estratégica da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais, da Subchefia de Inteligência do Estado-Maior de Defesa, do Centro de Inteligência da Marinha, do Centro de Inteligência do Exército e da Secretaria de Inteligência da Aeronáutica; (Redação dada pelo Decreto nº 4.872, de 6.11.2003)~~

V - Ministério da Defesa, por meio do Departamento de Inteligência Estratégica da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais, da Subchefia de Inteligência do Estado-Maior de Defesa, do Centro de Inteligência da Marinha, do Centro de Inteligência do Exército e do Centro de Inteligência da Aeronáutica; (Redação dada pelo Decreto nº 5.388, de 2005)

VI - Ministério das Relações Exteriores, por meio da Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos; (Redação dada pelo Decreto nº 4.872, de 6.11.2003)

VII - Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria-Executiva do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, da Secretaria da Receita Federal e do Banco Central do Brasil; (Redação dada pelo Decreto nº 4.872, de 6.11.2003)

VIII - Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria-Executiva; (Redação dada pelo Decreto nº 4.872, de 6.11.2003)

IX - Ministério da Saúde, por meio do Gabinete do Ministro de Estado e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; (Redação dada pelo Decreto nº 4.872, de 6.11.2003)

X - Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria-Executiva; (Redação dada pelo Decreto nº 4.872, de 6.11.2003)

XI - Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio do Gabinete do Ministro de Estado; (Redação dada pelo Decreto nº 4.872, de 6.11.2003)

XII - Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria-Executiva; e (Redação dada pelo Decreto nº 4.872, de 6.11.2003)

XIII - Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil. (Redação dada pelo Decreto nº 4.872, de 6.11.2003)

~~XIV - Controladoria-Geral da União. (Incluído pelo Decreto nº 5.388, de 2005)~~

XIV - Controladoria-Geral da União, por meio da Sub-Controladoria. (Redação dada pelo Decreto nº 5.525, de 2005)

DECRETO Nº 5.525, DE 25 DE AGOSTO DE 2005.

Dá nova redação ao art. 4º do Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência.

DECRETO Nº 6.046, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007 e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, observados os valores disponibilizados no Anexo I deste Decreto.

§ 4º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados de acordo com este artigo.

PROJETO DE LEI Nº 12, DE 2007-CN**MENSAGEM Nº 78, DE 2007 – CN**

(Nº 387/2007, na origem)

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de R\$261.932.386,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de

2007), em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de R\$261.932.386,00 (duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e trinta e dois mil, trezentos e oitenta e seis reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33904 - FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
0083		PREVIDENCIA SOCIAL BASICA							261.932.386
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 271	0083 001R	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA RURAL							261.932.386
09 271	0083 001R 0001	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA RURAL - NACIONAL							261.932.386
			S	3	1	90	0	353	261.932.386
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									261.932.386
TOTAL - GERAL									261.932.386

MENSAGEM Nº 387

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de R\$261.932.386,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 18 de junho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 114/2007 – MP

Brasília, 5 de junho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), no valor de R\$261.932.386,00 (duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e trinta e dois mil, trezentos e oitenta e seis reais), em favor do Ministério da Previdência Social.

2. A suplementação proposta garantirá o pagamento de despesas com o salário-maternidade da área rural, uma vez que, devido à inexistência de parâmetros físicos e financeiros exatos referentes a tal público-alvo, a dotação prevista por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2007 não será suficiente para fazer frente aos gastos no corrente exercício.

3. O presente crédito será viabilizado mediante Projeto de Lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, estando em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de

17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 – LDO-2007, que a alteração decorrente da abertura deste crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que a respectiva despesa foi considerada no cálculo do referido resultado, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do Segundo Bimestre de 2007, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, enviado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 326, de 18 de maio de 2007, conforme segue:

Item (1)	Dotação Atual (2)	Avaliação do 2º bimestre (3)	Margem para Crédito (c) = (b) - (a)	RS Milhões
				Movimentação Líquida do Crédito (d)
Benefícios da Previdência	182.393,8	183.376,0	982,2	261,9

(1) Compatível com o detalhamento do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do Segundo Bimestre de 2007.

(2) Considera a dotação no momento do encaminhamento.

(3) Valores referentes à projeção da despesa orçamentária por competência.

5. Em atendimento ao disposto no art. 63, § 12, da Lei nº 11.439, de 2006, demonstra-se em quadro anexo o superávit financeiro do exercício de 2006, utilizado no presente crédito.

6. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa à abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, **Paulo Bernardo Silva**.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 63, § 12, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

R\$ 1,00

Fonte 53: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)(1)	2.294.485.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	140.732.515
Créditos Extraordinários abertos (C)	0
Créditos Suplementares e Especiais (D)	261.932.386
- Abertos	0
- Em tramitação (2)	261.932.386
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)	223.003.962
Saldo G = (A-B-C-D-E)	1.668.816.137

(1) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(2) Inclui o valor do presente crédito em 04.06.2007.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 13, DE 2007-CN**MENSAGEM Nº 79, DE 2007 – CN**
(Nº 388/2007, na origem)

Abre ao Orçamento de Investimento para 2007, em favor da Caixa Econômica Federal e da ELETROSUL – Centrais Elétricas S.A, crédito especial no valor total de R\$34.527.800,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimen-
to (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), crédito

especial no valor total de R\$34.527.800,00 (trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e sete mil e oitocentos reais), em favor da Caixa Econômica Federal e da ELETROSUL – Centrais Elétricas S.A, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00						
QUADRO SINTESE POR FUNCOES									
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS									3.000.000
25 ENERGIA									31.527.800
			TOTAL - GERAL						34.527.800
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES									
694 SERVIÇOS FINANCEIROS									3.000.000
752 ENERGIA ELÉTRICA									31.527.800
			TOTAL - GERAL						34.527.800
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES									
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS									3.000.000
694 SERVIÇOS FINANCEIROS									3.000.000
25 ENERGIA									31.527.800
752 ENERGIA ELÉTRICA									31.527.800
			TOTAL - GERAL						34.527.800
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS									
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL									31.527.800
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									3.000.000
			TOTAL - GERAL						34.527.800
QUADRO SINTESE POR ORGAO									
25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA									3.000.000
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA									31.527.800
			TOTAL - GERAL						34.527.800
ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA									
ANEXO I			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
TOTAL DO ORGAO : R\$ 3.000.000									
QUADRO SINTESE POR FUNCOES									
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS									3.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES									
694 SERVIÇOS FINANCEIROS									3.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS									
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									3.000.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS									
25220 CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA									3.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									3.000.000
TOTAL			TOTAL						3.000.000
ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA									
UNIDADE : 25220 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA									
ANEXO I			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 3.000.000									
QUADRO SINTESE POR FUNCOES									
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS									3.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES									
694 SERVIÇOS FINANCEIROS									3.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS									
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									3.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									3.000.000
TOTAL			TOTAL						3.000.000
ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA									
UNIDADE : 25220 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA									
ANEXO I			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									3.000.000
PROJETOS									
23	694	0807 3286							3.000.000
23	694	0807 3286 0053							3.000.000
		INSTALACAO DE BENS IMOVEIS							
		INSTALACAO DE BENS IMOVEIS - NO							
		DISTRITO FEDERAL							
		IMOVEL INSTALADO (UNIDADE) I	I	4	INV	4	90	0	495
TOTAL - INVESTIMENTO			TOTAL						3.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 31.527.800		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		31.527.800
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES 752 ENERGIA ELÉTRICA		31.527.800
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL		31.527.800
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS 32225 ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.		31.527.800
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		31.527.800
TOTAL		31.527.800

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 31.527.800		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		31.527.800
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES 752 ENERGIA ELÉTRICA		31.527.800
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL		31.527.800
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		31.527.800
TOTAL		31.527.800

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R	
0295		ENERGIA NA REGIÃO SUL								31.527.800
		PROJETOS								
25	752	0295 1K88								31.527.800
		IMPLANTACAO DA USINA HIDRELETRICA MAUA COM 361,0 MW (PR) E SISTEMAS DE TRANSMISSAO ASSOCIADOS EM 230 KV, COM 41 KM E 110 KM DE EXTENSAO. (IMOBILIZACOES DA ELETROSUL).								
25	752	0295 1K88 0041								31.527.800
		IMPLANTACAO DA USINA HIDRELETRICA MAUA COM 361,0 MW (PR) E SISTEMAS DE TRANSMISSAO ASSOCIADOS EM 230 KV, COM 41 KM E 110 KM DE EXTENSAO. (IMOBILIZACOES DA ELETROSUL) - NO ESTADO DO PARANA								
		Usina Implantada (% de execução física) 8	I	4	INV	2	90	0	495	31.527.800
		TOTAL - INVESTIMENTO								31.527.800

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS 25 ENERGIA		3.000.000 31.527.800 34.527.800
TOTAL - GERAL		34.527.800
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES 694 SERVIÇOS FINANCEIROS 752 ENERGIA ELÉTRICA		3.000.000 31.527.800 34.527.800
TOTAL - GERAL		34.527.800
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCIONES 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS 694 SERVIÇOS FINANCEIROS 25 ENERGIA 752 ENERGIA ELÉTRICA		3.000.000 3.000.000 31.527.800 31.527.800 34.527.800
TOTAL - GERAL		34.527.800
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		31.527.800 3.000.000 34.527.800
TOTAL - GERAL		34.527.800
QUADRO SINTESE POR ORGAO 25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA 32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		3.000.000 31.527.800 34.527.800
TOTAL - GERAL		34.527.800

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 3.000.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS | 3.000.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
694 SERVIÇOS FINANCEIROS | 3.000.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 3.000.000

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS
25220 CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA | 3.000.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 3.000.000

TOTAL | 3.000.000

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25220 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA

ANEXO II CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 3.000.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS | 3.000.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
694 SERVIÇOS FINANCEIROS | 3.000.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 3.000.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 3.000.000

TOTAL | 3.000.000

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25220 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA

ANEXO II CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/A CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									3.000.000
PROJETOS									
23 694	0807 3286	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS							3.000.000
23 694	0807 3286 0043	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							3.000.000
		IMOVEL INSTALADO (UNIDADE)	I	4 - INV	4	90	0	495	3.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO									3.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO II CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 31.527.800

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA | 31.527.800

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
752 ENERGIA ELÉTRICA | 31.527.800

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL | 31.527.800

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS
32225 ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A. | 31.527.800

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 31.527.800

TOTAL | 31.527.800

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO II CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 31.527.800

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA | 31.527.800

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES	
752 ENERGIA ELÉTRICA	31.527.800
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL	31.527.800
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	31.527.800
TOTAL	31.527.800
ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	
UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.	

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CRÉDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0295		ENERGIA NA REGIÃO SUL							31.527.800
		PROJETOS							
25	752	0295 105K							31.527.800
25	752	0295 105K 0040							31.527.800
		AMPLIACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NA REGIAO SUL (38 KM E REFORCOS EM 9 SUBESTACOES)							
		AMPLIACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NA REGIAO SUL (38 KM E REFORCOS EM 9 SUBESTACOES) - NA REGIAO SUL							
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3	I	4 - INV	2	90	0	495	31.527.800
		TOTAL - INVESTIMENTO							31.527.800

MENSAGEM Nº 388

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2007, em favor da Caixa Econômica Federal e da ELETROSUL – Centrais Elétricas S.A, crédito especial no valor total de R\$34.527.800,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 18 de junho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 116/2007/MP

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à consideração de Vossa Excelência, nos termos do art. 167, inciso V, da Constituição, o anexo Projeto de Lei, que abre ao Orçamento de Investimento para 2007 (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), crédito especial no valor total de R\$34.527.800,00 (trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e sete mil e oitocentos reais), em favor da Caixa Econômica Federal e da ELETROSUL – Centrais Elétricas S.A., para atendimento de pleitos dos respectivos Ministérios supervisores.

2. A abertura do crédito ora solicitado objetiva atender à demanda por novos investimentos priorizados após a elaboração do Orçamento de Investimento para 2007, em razão da revisão da estratégia negocial das respectivas empresas.

3. A seguir, a destinação, por empresa, do crédito em referência, bem como as respectivas fontes de financiamento:

a) Caixa Econômica Federal – CAIXA
– R\$3.000.000,00, destinados à ação “Instalação de Bens Imóveis”, no Distrito Federal.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento de parte de dotação aprovada para outro projeto da própria empresa.

b) ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
– R\$31.527.800,00, a serem aplicados no projeto “Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá com 361,0 MW (PR) e Sistemas de Transmissão Associados em 230 kV, com 41km e 110km de Extensão (Imobilizações da Eletrosul)”, no Estado do Paraná.

Os recursos necessários à realização dos investimentos são provenientes de cancelamento de parte

de dotação aprovada para outro projeto da própria empresa.

4. A abertura do crédito ora solicitado possibilitará a realização de investimentos nos respectivos projetos, de modo a assegurar o desempenho operacional na área de atuação de cada uma das empresas beneficiárias e corresponde ao valor mínimo necessário para a consecução dos empreendimentos prioritários estabelecidos na revisão do plano estratégico para 2007 das referidas empresas.

5. Cabe ressaltar que a abertura do crédito ora proposto não afetará a meta global de superávit primário estabelecida para 2007, de responsabilidade das empresas estatais federais, no montante R\$18.052 milhões, fixada por intermédio Anexo X ao Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, uma vez que o incremento de despesas está sendo compensado por cancelamento de parte de dotações de outros projetos/atividades.

6. Segundo as empresas, os cancelamentos ora propostos estão em consonância com as prioridades estabelecidas para o corrente exercício e não comprometerão o desempenho das suas atividades, uma vez que está ocorrendo apenas adequação dos cronogramas de desembolso dos respectivos projetos/atividades em 2007.

7. São essas as razões que me levam a propor a Vossa Excelência o encaminhamento à consideração do Congresso Nacional do anexo Projeto de Lei.

Respeitosamente, **Paulo Bernardo Silva**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

DECRETO Nº 6.046,
DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007 e dá outras providências.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)
– Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006–CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Leitura: 25-06-2007

Até 30/6 publicação e distribuição de avulsos:

Até 8/7 prazo final para apresentação de emendas:

Até 13/7 publicação e distribuição de avulsos das emendas: e

Até 11/8 encaminhamento do parecer final à mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)
– Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, DE 2007

Regulamenta a profissão do Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis e Integrados (COR), cria o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONFECOR) e os Conselhos Regionais de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONCOR's) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A profissão de Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis e Integrados (COR) é de natureza cultural, técnica, científica e de nível superior, e o seu exercício regulamentado por esta Lei.

Parágrafo único. Bem cultural móvel e integrado é aquele que, por seu valor histórico, documental ou artístico, tombado ou não, deve ser preservado.

Art. 2º O exercício da profissão de Conservador-Restaurador, com as atribuições estabelecidas nesta Lei, é permitido exclusivamente:

I – aos diplomados no Brasil em curso superior de conservação-restauração de bens móveis e integrados, reconhecido na forma da lei;

II – aos diplomados no exterior em cursos superiores de conservação-restauração de bens móveis e integrados, com diplomas revalidados no Brasil, na forma da lei;

III – aos diplomados em cursos de pós-graduação, com mestrado ou doutorado, realizados em escolas reconhecidas na forma da lei, observados os seguintes requisitos:

a) área de concentração em conservação e restauração de bens móveis e integrados;

b) elaboração de monografia, dissertação ou tese de doutorado versando sobre a mencionada área;

c) comprovação de pelo menos três anos consecutivos de atividades técnicas e científicas próprias desse campo profissional.

IV – aos diplomados em outros cursos de nível superior, que exerçam a profissão comprovadamente há pelo menos cinco anos, desempenhando atividade técnica e científica de conservação e restauração de bens móveis e integrados;

V – aos que tenham concluído cursos de especialização na área de conservação-restauração de bens móveis e integrados, reconhecidos na forma da lei, observados os seguintes requisitos:

a) carga horária mínima de mil horas;

b) comprovação de exercício de, pelo menos, dois anos em atividades científicas e técnicas próprias do referido campo profissional.

Parágrafo único. O exercício da profissão de Conservador-Restaurador é vedado aos diplomados por escolas ou cursos com estudos desenvolvidos mediante correspondência, cursos intensivos, cursos de férias, cursos avulsos ou simplificados, seminários e outras atividades de curta duração.

Art. 3º São atribuições da profissão do Conservador-Restaurador:

I – realizar intervenções de conservação-restauração, de maneira

direta ou indireta, em bens culturais móveis e integrados;

II – ministrar a disciplina “Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis e Integrados”, nos seus diversos conteúdos, em todos os graus e níveis, obedecendo as prescrições legais;

III – planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar

atividades de conservação-restauração de bens culturais móveis e integrados em instituições;

IV – executar todas as atividades concernentes ao funcionamento da área de conservação-restauração de bens culturais móveis e integrados em instituições públicas e privadas;

V – realizar exame técnico de conservação-restauração de bens culturais móveis e integrados, adotando ações para retardar ou prevenir a deterioração ou danos em bens culturais por meio do controle ambiental ou tratamento de sua estrutura para mantê-los, na medida do possível, em situação física estável;

VI – divulgar acervos de valor histórico e artístico;

VII – planejar e executar serviços de avaliação do estado de conservação, seleção, identificação, classificação e cadastramento de bens culturais mó-

veis e integrados e compor equipes de tombamento desses bens;

VIII – promover estudos e pesquisas sobre acervos de bens culturais;

IX – definir o espaço de guarda e acondicionamento das coleções;

X – embalar e acompanhar o transporte de obras de valor histórico ou artístico;

XI – dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de conservação-restauração de bens culturais móveis e integrados, nas instituições governamentais da administração direta e indireta, bem como em entidades da iniciativa privada de idêntica finalidade;

XII – prestar serviços de consultoria e assessoria na área profissional de que trata esta Lei;

XIII – orientar, supervisionar e executar programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoas nas áreas de Conservação-Restauração;

XIV – orientar a realização de eventos como seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional, e de outras atividades de caráter cultural, técnico e científico, na área de bens culturais móveis e integrados;

XV – integrar equipes de trabalho de instituições públicas e privadas que desenvolvam atividades de conservação-restauração de bens culturais móveis e integrados, como autarquias, organizações não governamentais, museus, fundações e outros;

XVI – exercer outras atividades que, a juízo do Conselho a que se refere o art. 7º desta Lei, integrem a área de atuação da conservação-restauração de bens culturais móveis e integrados.

Art. 4º Para provimento, exercício de cargos e funções de Conservador-Restaurador, na administração pública direta e indireta, nas empresas privadas ou como profissional autônomo, é obrigatória a qualificação de Conservador-Restaurador, nos termos definidos na presente Lei.

Parágrafo único. A condição de Conservador-Restaurador não dispensa a prestação de concurso quando exigido para provimento do cargo ou função.

Art. 5º Será exigida a comprovação da condição de Conservador-Restaurador na assinatura de contrato, termo de posse e desempenho de quaisquer funções a ela inerentes.

Art. 6º Ficam criados o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONFECOR) e os Conselhos Regionais de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONCOR), órgãos de registro profissional e de fiscalização do exercício da profissão.

Art. 7º O Confecor terá sua sede em Brasília, no Distrito Federal.

Art. 8º A estrutura e a composição dos Concor serão estabelecidas pelo Confecor, de forma semelhante à estabelecida por esta Lei para a sua organização.

Parágrafo único. O Confecor promoverá a instalação de tantos Concor's quantos forem julgados necessários, determinando a localização das sedes e fixando a jurisdição territorial.

Art. 9º O Confecor será constituído de conservadores-restauradores, brasileiros natos ou naturalizados, e obedecerá à seguinte composição:

a) seis membros efetivos eleitos em assembléia constituída por delegados eleitorais dos conselhos regionais, que elegerão o presidente entre os eleitos;

b) seis suplentes, eleitos juntamente com os membros efetivos.

Parágrafo único. O número de conselheiros federais poderá ser ampliado em mais três membros, mediante resolução do próprio Confecor.

Art. 10. A assembléia para a escolha dos seis primeiros conselheiros efetivos e dos três primeiros conselheiros suplentes do Confecor, será presidida por representante do Ministério da Cultura e será realizada no prazo de sessenta dias, contados da vigência desta Lei.

§ 1º A assembléia de que trata este artigo será constituída de delegados-eleitores, representantes das associações de classe de Conservadores-Restauradores e das escolas superiores desta área, eleitos em assembléias das respectivas instituições em votação secreta, observadas as formalidades estabelecidas para a escolha de suas diretorias ou órgãos dirigentes.

§ 2º Cada associação de Conservadores-Restauradores indicará um delegado-eleitor, que deverá ser, obrigatoriamente, sócio efetivo e no pleno gozo de seus direitos sociais, qualificado a exercer a profissão, nos termos do art. 2º.

§ 3º Cada escola ou curso superior de Conservação-Restauração se fará representar por um delegado-eleitor, professor em exercício, eleito pelo respectivo corpo docente.

§ 4º Só poderá ser eleito, na assembléia a que se refere este artigo, para exercer o mandato de conselheiro do Confecor, o profissional que preencha os requisitos estabelecidos no art. 2º desta Lei.

§ 5º As associações de Conservação-Restauração, para usufruírem o direito de representação na assembléia a que se refere este artigo, deverão comprovar, pelo menos, dois anos de existência.

Art. 11. Os conselheiros federais efetivos do Confecor, eleitos na forma do artigo anterior, elegerão o primeiro presidente.

Art. 12. Até que se efetive a implantação do Confecor no Distrito Federal, a sua sede provisória, por

um período máximo de dois anos, será determinada mediante portaria do primeiro presidente.

Art. 13. Dentro do prazo de cento e vinte dias, após a sua instalação, o Confecor expedirá os atos necessários à estruturação e composição dos Concor, e tomará as providências indispensáveis à eleição dos Conselheiros Regionais.

Art. 14. O Confecor tem por finalidade orientar, supervisionar e disciplinar o exercício da profissão de Conservador-Restaurador, em todo o território nacional, na forma da lei.

Art. 15. Compete ao Confecor:

I – avaliar os profissionais em atividade no Brasil no período anterior à promulgação desta Lei;

II – registrar os profissionais de que trata a presente Lei e expedir a carteira profissional, cobrada a respectiva taxa;

III – fiscalizar o exercício da profissão de Conservador-Restaurador, punindo as infrações a esta Lei e seu regulamento, bem como enviando às autoridades competentes, relatórios documentados sobre fatos que apurarem e cuja solução não seja de sua alçada;

IV – aprovar o código de ética e o regulamento do Conselho Federal;

V – organizar os Concor's, fixando-lhes a estrutura, composição, a jurisdição e a forma de eleição de seus membros, com consonância com esta Lei.

VI – examinar e aprovar os regimentos internos dos Concor's, podendo modificá-los no que for necessário, a fim de manter a unidade de ação coletiva;

VII – julgar, em última instância, os recursos das deliberações dos Concor;

VIII – tomar conhecimento de dúvidas suscitadas pelos Concor e dirimi-las.

IX – adotar as providências que julgar necessárias para manter a orientação uniforme dos Concor's em todo o País.

X – publicar relatório anual de seus trabalhos e, periodicamente, a relação de todos os profissionais registrados;

XI – expedir resoluções visando à fiel execução da presente Lei;

XII – propor ao governo federal as modificações necessárias para aprimorar a legislação referente ao exercício da profissão de Conservador-Restaurador;

XIII – opinar sobre questões oriundas do exercício de atividades relacionadas com a especialidade do Conservador-Restaurador;

XIV – convocar e realizar, periodicamente, reunião de conselheiros federais, para estudar, debater e orientar assuntos referentes à profissão;

XV – orientar e supervisionar o exercício da profissão do Conservador-Restaurador, em qualquer de seus ramos;

XVI – propor as anuidades e taxas a serem fixadas na forma da lei;

Art. 16. Ao presidente do Confecor compete, até julgamento do plenário do Conselho, suspender decisões tomadas que lhe pareçam inadequadas.

§ 1º O ato de suspensão a que se refere este artigo vigorará até novo julgamento do Confecor, que será convocado pelo presidente, no prazo de trinta dias, contados a partir do ato de suspensão.

§ 2º Caso a decisão do Confecor seja mantida por dois terços de seus membros, a decisão suspensa entrará em vigor imediatamente.

Art. 17. É obrigatória a citação do número de registro de Conservador-Restaurador no Confecor, no ato da assinatura de qualquer trabalho relacionado com as atividades previstas nesta Lei.

Art. 18. Os profissionais a que se refere esta Lei somente poderão exercer legalmente a profissão após prévio registro no Confecor.

Art. 19. Ao profissional devidamente registrado será fornecida, pelo Confecor, a carteira de identidade profissional, da qual constarão:

I – nome por extenso do profissional;

II – filiação;

III – nacionalidade;

IV – data do nascimento;

V – estado civil;

VI – denominação da Escola em que se diplomou ou declaração de habilitação, na forma desta Lei;

VII – o número do registro do diploma na Diretoria do Ensino Superior;

VIII – número de registro no Confecor;

IX – fotografia de frente;

X – assinatura do Presidente do Confecor;

XI – assinatura do profissional.

Parágrafo único. A expedição da carteira de identidade profissional será sujeita ao pagamento da taxa fixada pelo regimento interno.

Art. 20. A carteira de registro servirá para fins de exercício profissional e de documento de identidade e terá fé pública em todo o território nacional.

Art. 21. O profissional referido nesta Lei ficará obrigado a pagar uma anuidade ao respectivo Concor.

Parágrafo único. A anuidade de que trata este artigo deverá ser paga na sede do Concor a que estiver sujeito o profissional, até trinta e um de março de cada ano, excetuando-se a primeira anuidade que será paga no ato da inscrição ou do registro.

Art. 22. A falta do competente registro no Confecor torna ilegal o exercício da profissão de Conservador-Restaurador e punível o infrator.

Art. 23. O Confecor aplicará penalidades aos infratores dos dispositivos da presente Lei, a serem definidas no regimento interno.

Art. 24. Os Conservadores-Restauradores em exercício profissional terão prazo de dois anos para o registro perante o Confecor, que decidirá sobre o enquadramento profissional ou não dos requerentes.

Art. 25. Os mandatos dos membros do Confecor e dos Concor serão de três anos, permitida a reeleição.

Art. 26. Serão obrigatoriamente registrados no Confecor as empresas, entidades e escritórios técnicos que explorem, sob qualquer forma, atividades técnicas do Conservação-Restauração, nos termos desta Lei.

Art. 27. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 28. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A atividade de conservação e restauração de bens culturais móveis é de grande importância para a preservação do precioso patrimônio cultural e histórico brasileiro. Apesar disso, até a presente data, inexistia qualquer dispositivo legal regulamentando tão relevante setor de atividade. Assim, ficam sem amparo legal os profissionais desse setor da cultura, responsável pela memória do país. Embora os órgãos com competência para atuar na preservação e conservação de bens culturais procurem maximizar a sua atuação, tudo isso é muito pouco para uma nação com território tão vasto e tanta riqueza cultural e histórica.

Embora se trate de atividade complementar, diretamente ligada ao curso superior de Belas Artes, percebe-se que os especialistas em exercício nesse campo profissional não têm, via de regra, formação universitária específica. Isso acaba comprometendo o desempenho e a qualidade dos resultados em matéria de conservação e restauração. É incalculável o que o País perde em valores, com prejuízos para outros setores como a educação e o turismo, ao não dar a devida importância à conservação e restauração de bens culturais móveis e integrados.

Esse vazio legislativo é tão visível que, recentemente, o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura editou ato normativo atribuindo aos engenheiros e arquitetos a competência para exercer essa profissão, com exclusividade. Trata-se de norma inconstitucional, pois a regulamentação de profissões é matéria que

depende de lei ordinária, nos termos do inciso XIII do art. 5º da Constituição Federal. Esse dispositivo afirma a liberdade do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, “observadas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”.

Alguns juristas defendem que, em se tratando de autarquias, a matéria dependeria de iniciativa do Poder Executivo. Entretanto, tem ocorrido o reconhecimento da necessidade da criação desses órgãos, através da sanção da Presidência da República, a iniciativas do Legislativo. Como exemplo, temos a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que criou os Conselhos de Despachantes Documentalistas. Revela-se, dessa forma, uma nova tendência, na qual, em nosso entendimento, insere-se a regulamentação da profissão de Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis e Integrados (COR), com os Conselhos necessários à fiscalização do exercício profissional.

A preocupação com a existência de uma norma jurídica para reger esta atividade não é recente. Já foram, inclusive, realizados encontros internacionais para a discussão desse tema. Objetiva-se, em suma, estabelecer normas de ética profissional e padrões de comportamento do praticante de conservação-restauração. É preciso definir a profissão, distingui-la das outras e estabelecer as necessidades específicas de sua formação profissional. Esse é o objetivo de nossa iniciativa, elaborada com base em sugestão do Centro de Conservação e Restauração da Universidade Federal de Minas Gerais, o único estabelecimento de ensino do País reconhecido pelo Ministério da Educação.

Por todas essas relevantes razões, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação deste Projeto. Façamos justiça para com essa categoria profissional, responsável pela conservação e restauração da memória histórico-cultural deste País.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2007. – Senador **Edison Lobão**.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 744, DE 2007

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento do Geógrafo, Historiador e professor Emérito da Universidade Federal

de Pernambuco Manuel Correia de Andrade, ocorrido na cidade do Recife, dia 22 de junho último:

I – inserção em ata de voto de profundo pesar;

II – apresentação de condolências:

a) a seus familiares;

b) à Universidade Federal de Pernambuco;

c) à Fundação Joaquim Nabuco;

d) à Fundação Gilberto Freyre;

e) à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Pernambuco;

f) à Academia Pernambucana de Letras; e

g) à Associação dos Geógrafos Brasileiros;

h) ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambucano

Justificação

Manuel Correia de Andrade, nascido em 3 de agosto de 1922, no Engenho Jundiá, em Vicência, faleceu, aos 85 anos, na cidade do Recife.

Além de advogado e professor, foi como historiador e geógrafo que encontrou sua verdadeira vocação e para qual dedicava um paixão ilimitada. Seus livros despertam muita atenção e tiveram várias reedições. Daí ter sido professor convidado de diversas universidades e comparecer a inúmeros congressos.

Seu livro “A terra e o homem no Nordeste”, publicado em 1963, foi considerado pela Câmara Brasileira do Livro como uma das cem melhores publicações do século XX, referência para estudiosos de geografia, história, política econômica e social da região, com ênfase à questão agrária.

Manuel Correia de Andrade foi um dos professores fundadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da então Universidade do Recife e exercia a Cátedra Gilberto Freyre da Universidade Federal de Pernambuco, em homenagem ao sociólogo, que também foi um de seus mestres, que o convidou para pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, cargo que igualmente muito se destacou.

Professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco, pertencia às principais instituições culturais de Pernambuco, em especial destaque à Academia Pernambucana de Letras e Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambucano.

Sempre exercendo sua pernambucanidade foi professor catedrático de Geografia Geral, por concurso, do tradicional Ginásio Pernambucano; professor catedrático de Geografia Econômica do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal

de Pernambuco; professor titular de Geografia Humana e Regional da Universidade Católica de Pernambuco. Ensinou, ainda, na Faculdade de Ciências Econômicas e foi fundador dos Mestrado em Economia e em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco.

Colaborador do **Jornal do Commercio** de Pernambuco há 12 anos declarou na semana anterior a seu desaparecimento, segundo sua filha, que “estava muito feliz, sentindo o seu ego massageado”.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2007. – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Brasília, 25 de junho de 2007

Exmº Sr.

Senador Sibá Machado

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Senado Federal

Nesta

Senhor Presidente,

Solicito providências no sentido de efetivar o meu desligamento como membro titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. – Senador **Valter Pereira**, PMDB – MS.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 93, de 2007 (nº 397/2007, na origem), de 20 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, sancionado e transformado na Lei nº 11.489, de 20 de junho de 2007;

– Nº 94, de 2007 (nº 400/2007, na origem), de 20 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 355, de 2007), que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as

exportações do País, sancionado e transformado na Lei nº 11.492, de 20 de junho de 2007;

– Nº 95, de 2007 (nº 40 1/2007, na origem), de 20 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2006 (nº 5.318/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria cargos e funções no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, sancionado e transformado na Lei nº 11.493, de 20 de junho de 2007; e

– Nº 96, de 2007 (nº 411/2007, na origem), de 20 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), que dá nova redação ao **caput** do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória, sancionado e transformado na Lei nº 11.495, de 22 de junho de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Paulo Paim enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de deixar registrado aqui da tribuna que no dia 12 de Maio, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Porto Alegre completou 78 anos de existência.

A história dos gráficos de Porto Alegre está inserida dentro da luta maior dos trabalhadores por direitos e justiça social.

Eram os gráficos quem primeiro tinham contato com livros, panfletos, propagandas políticas e materiais de divulgação de idéias que fomentavam a sociedade. Machado de Assis e Lima Barreto foram gráficos.

A criação da Sociedade Tipográfica Rio-grandense, em 1896, foi fundamental para a realização, em 1898, do I Congresso Operário do Rio Grande do Sul.

Nesse mesmo ano foi criado o Grêmio de Artes Gráficas e Correlatas, e em 1906, cisões políticas fizeram surgir o Sindicato dos Gráficos.

Em 1929, o Comitê Pró-organização dos Gráficos funda a “União dos Trabalhadores Gráficos”, a UTG, que marca oficialmente a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de Porto Alegre, denominação que passou a existir somente a partir de 1933.

Em 1929, a quebra da bolsa abalou a economia americana e mostrou ao mundo que os trabalhadores precisavam se organizar na defesa dos seus interesses e de suas categorias.

Em Porto Alegre, uma reunião no dia 12 de maio daquele ano, com a presença de 32 trabalhadores gráficos, constituiu-se no ato formal de fundação do Sindicato dos Gráficos, ainda com o nome de União dos Trabalhadores Gráficos.

Em 1934 desaparece a UTG, surgindo o Sindicato dos Gráficos de Porto Alegre. Dois anos depois, ocorre a fusão deste com o Sindicato Gráfico Porto-Alegrense e inicia o processo para obtenção da carta de sindicalização junto ao Ministério do Trabalho.

A partir de então, fica visível o envolvimento do Sindicato com a vida política brasileira de maneira geral.

Intervenções em 48 e 64; greves que entraram para a história, como a de 1953 que durou cerca de um mês por melhores salários; as agitações políticas de 54, com a morte de Getúlio Vargas; a conquista da sede própria, em 55.

Na década de 90, a modernização tecnológica produz profundas modificações nos modos de produção gráfica.

A informatização passa a substituir os antigos processos artesanais e o sindicato passa a se pautar pelo contexto das novas relações de trabalho e de mudanças sociais.

Hoje, o Sindicato tem mais de mil associados na sua base territorial que abrange os municípios de Porto Alegre, Viamão, Guaíba, Eldorado do Sul e Alvorada,

O sindicato atua tanto nas relações políticas como em atendimento social aos seus associados.

Na entidade, a categoria tem a instância para suas reivindicações, as atividades esportivas e sociais e atendimento em diversas áreas, como médica, psicológica, dentária, uma necessidade diagnosticada pelo Sindicato a partir das demandas da categoria e deficiência nestes últimos em muitas gráficas em Porto Alegre.

A trajetória da categoria dos gráficos foi e continua sendo marcada pela luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e melhores condições de trabalho.

Não faltam apoiadores a esta luta. Mas são acima de tudo os trabalhadores gráficos que têm contribuído maciçamente para a construção da história da entidade, que este ano está fazendo 78 anos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para dizer que na próxima sexta-feira, 29 de junho, a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) completa dois anos de existência.

Creio que a Nova Central é uma entidade verdadeiramente comprometida com os anseios de todos os trabalhadores brasileiros.

Com sua postura autônoma e independente ela tem se destacado na luta pelos direitos trabalhista e sindical.

A Nova Central está tendo também um papel importante na vida do país. Arrisco-me a dizer que ela é uma trincheira de defesa dos valores democráticos, éticos e de justiça social.

Parabéns ao seu presidente, José Calixto Ramos e todos os diretores.

Já o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do município de Vacaria, no Rio Grande do Sul, completa 50 anos de existência no dia 1º de julho.

Entidade combativa e que demonstrou em toda a sua história como é feito um bom sindicalismo. Parabéns ao seu presidente, Clodomiro Antonio da Costa e toda a diretoria.

Sr. Presidente, o município de Canoas, na região Metropolitana de Porto Alegre, completa 68 anos na próxima quarta-feira.

O atual prefeito é Marcos Antonio Ronchetti que está no segundo mandato consecutivo.

Além de ser sinônimo de economia forte e de povo trabalhador, Canoas, possui o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho.

A cidade é sede de grandes empresas nacionais e multinacionais, como a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), Springer Carrier e AGCO do Brasil, além de nomes fortes nos ramos de gás, metal-mecânico e elétrico. A cidade tem a segunda maior rede de ensino do Estado. São escolas públicas, particulares e três universidades.

Para finalizar, Sr. Presidente, de 29 de junho a 15 de julho, acontece na cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul, a 15ª Feira Nacional do Doce.

A Fenadoce é um evento anual que promove a cultura doceira da cidade – herança da colonização portuguesa e alemã – e o desenvolvimento da região para todo o Brasil.

A promoção é da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL).

Com certeza, a Fenadoce torna-se o centro das discussões de toda a população durante o período em que ocorre.

Também atrai visitantes de fora, de outras partes do Brasil e do Mercosul. Convidados ilustres da área da política e do entretenimento sempre comparecem.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA
ÀS 16:00 HORAS

1**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 361, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2007, que institui o Auxílio de Avaliação Educacional – AAE para os servidores que participarem de processos de avaliação realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep ou pela Fundação Capes; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 11.458, de 19 de março de 2007; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS; cria, em caráter temporário, funções de confiança denominadas Funções Comissionadas dos Jogos Pan-americanos – FCPAN; trata de cargos de reitor e vice-reitor das Universidades Federais; revoga dispositivo da Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002; e dá outras providências [criação de gratificações].

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 13.5.2007)

Prazo final (prorrogado): 9.8.2007

2**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 360, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 360, de 2007, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências (cria a Secretaria de Comunicação Social)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 13.5.2007)

Prazo final (prorrogado): 9.8.2007

3**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 362, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 362, de 2007, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2007 e revoga a Lei nº 11.321, de 7 de julho de 2006.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 14.5.2007)

Prazo final (prorrogado): 10.8.2007

4**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 363, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 363, de 2007, que acrescenta o art. 2º-A e altera o art. 3º da Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 3.6.2007)

Prazo final (prorrogado) : 30.8.2007

5**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2007**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007 (nº 7.709/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; e dá outras providências.

Pareceres sob nºs:

– 515, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 14, 23, 26, 29, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39 e 40, e na forma de subemendas às Emendas nºs 10, 12, 16, 32 e 43; apresen-

tando, ainda, as Emendas nºs 70 a 75-CCJ, e pela rejeição das demais emendas;

– 516, de 2007, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável à matéria, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, apresentando, também, as Emendas nºs 76 a 96-CCT; e pela rejeição das demais emendas, ressaltando que rejeita, também, às de nºs 10, 23 e 29.

(Sobrestando a pauta a partir de: 24.6.2007)

6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

7

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2007

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 669, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 245, de 2007, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de cinqüenta milhões de dólares*

dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) [financiamento parcial do Proágua].

(Apresentado como conclusão do Parecer nº 245, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos).

8

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

(Apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp).

9

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 671, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América (financiamento parcial do Premar).*

(Apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp)

10

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

11

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

12

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *Cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 34 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro
PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão
PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epiácio Cafeteira **

Pará
PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco
PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás
PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso
PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul
BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba
PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo
PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí
PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas
PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe
PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas
PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná
BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal
PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins
PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá
PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia
BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima
BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

- 1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

- 2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)
Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)
Relator: Senador Demóstenes Torres – (PFL-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
PFL	
Antonio Carlos Magalhães (PFL)	1.Raimundo Colombo (PFL)
Demóstenes Torres (PFL)	2.Romeu Tuma (PFL)
José Agripino (PFL)	
PSDB	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

Leitura: 25.4.2007
Designação: 15.5.2007
Instalação: 17.5.2007
Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. Rosalba Ciarlini - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Shessarenko – PT
Exedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Jayme Campos - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Raimundo Colombo - PFL	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT)⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Raimundo Colombo - PFL	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Kátia Abreu - PFL	1. José Agripino - PFL
Eliseu Resende - PFL	2. Romeu Tuma - PFL
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns - PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior - PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia - PSDB	1. Cícero Lucena - PSDB
Jayme Campos - PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E - Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior - PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo - PSDB	1. Papaléo Paes - PSDB
Rosalba Ciarlini - PFL	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E - Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. Joaquim Roriz
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Wilson Matos - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - PFL
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Francisco Dornelles - PP
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres - PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Romeu Tuma - PFL	2. Marco Maciel - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	3. Raimundo Colombo - PFL
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro - PSDB
PDT	
(vago)	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (9 titulares e 9 suplentes)

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE (7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. César Borges – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – PFL
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

(5 titulares e 5 suplentes)

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Wilson Matos – PSDB	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. (vago)
Heráclito Fortes – PFL	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Wilson Matos – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E
REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Shessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Exedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scmci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
César Borges – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Jonas Pinheiro – PFL	1. Raimundo Colombo – PFL – PFL
	2. Rosalba Ciarlini – PFL – PFL
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT**

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Sibá Machado³

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) ²	AM	1166
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2. (vago)		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 30.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleitos em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2,4}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PFL-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (PFL-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

¹ Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

¹ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
PFL	
EFRAIM MORAIS (PFL/PB)	1. ADELMIR SANTANA (PFL/DF)
ROMEU TUMA (PFL/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (PFL/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/PFL/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)
GERMANO BONOW (PFL/RS)	3. JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES PFL-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 96 PÁGINAS